AS CATEGORIAS FILOSÓFICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONALISTA A PARTIR DAS OBRAS DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

Dr. José Ernesto de Fáveri[1]

1 O CONTEXTO DA ABORDAGEM: considerações iniciais

Vieira Pinto é um personagem do pensamento filosófico brasileiro que se preocupou em pensar a realidade subdesenvolvida no Brasil, objetivando colocar as bases filosóficas para o desenvolvimento nacional autônomo e soberano. Viveu no Rio de Janeiro e foi um dos pensadores do movimento nacionalista desenvolvimentista não xenófobo.

Identificar e apresentar as categorias filosóficas do pensamento de Vieira Pinto através das obras é um desafio complexo, dada a importância e relevância das ideias e análises que realiza sobre a realidade nacional. Essa é a grande contribuição do autor em questão, na construção do pensamento filosófico brasileiro. A melhor forma de conhecer esse pensador foi dar voz aos personagens que viveram e conviveram com ele[2], enquanto testemunhas de uma vida dedicada ao pensar a realidade nacional para despertar uma consciência social da necessidade de construir um país melhor para todos, isto é, uma nação desenvolvida.

O conjunto de suas obras foram produzidas ao longo das décadas de 60 e 70, com uma atualidade incrível, mediante o retrocesso da concepção de Estado, políticas econômicas e sociais que estão sendo implementadas pelo atual governo de Michel Temer. Dessa forma, é possível deduzir o tamanho do retrocesso que esse governo representa para o país na atualidade. Se considerarmos que para cada ano de retrocesso serão necessários três para alcançar o estágio atual das conquistas e avanços nos setores sociais, econômicos e culturais, estima-se que necessitaremos em torno de um século para ser recuperado o atual estado de retrocesso. Na atualidade, Vieira Pinto é um dos teóricos capaz de contribuir com os estudiosos, pesquisadores e intelectuais brasileiros para realizar uma análise crítica da realidade nacional e, dessa forma, reiniciar a luta para alcançar a médio e

---

[1] Natural de Cocal do Sul (SC). Graduado em Filosofia e Pedagogia, especialização Orientação educacional, Mestrado em Educação: Ensino Superior (FURB), doutorado na área da Educação (UFSCar).

[2] Para ter acesso aos depoimentos desses personagens que viveram e conviveram com Álvaro Vieira Pinto consultar, FAVERI, José Ernesto de (Org). **O legado de Álvaro Vieira Pinto na voz de seus contemporâneos.** Blumenau: Nova Letra, 2012. Segunda edição no E-book da Amazon.com.br.

em longo prazo, o que se perdeu, de conquistas e de avanços, com o atual governo neoliberalista.

Foi no conjunto de obras do pensador Vieira Pinto que se realizou o resgate de algumas categorias filosóficas que possibilita sustentar, solidamente, uma análise crítica da atual realidade e apontar alguns pressupostos orientadores do desenvolvimento nacionalista não xenófobo.

Obviamente que este trabalho está longe de querer esgotar o estudo sobre o pensamento do autor em pauta e, muito menos, não possui a pretensão de resolver os problemas nacionais. Como um dos objetivos, pretendo o debate e motivar estudiosos, pesquisadores e intelectuais para resgatar as ideias brilhantes e realistas desse pensador, como forma, embora tardia, de reconhecimento.

Esse breve ensaio está organizado em dois momentos interligados: no primeiro, são identificados os temas geradores dispersos na vasta obra que o autor nos deixou; e, no segundo serão abordadas as categorias filosóficas, enquanto fio condutor do seu pensamento sobre a proposta de desenvolvimento, fundado na realidade nacional.

Finalmente, pelo que li e ouvi nos depoimentos sobre esse grande pensador em estudo, posso afirmar, sem sombra de dúvida, que Vieira Pinto, em vez de ensinar filosofia pela repetição de enunciados e conceitos gerais, inspira a filosofar, isto é, desperta no leitor um pensar interconectado com a cultura e a realidade nacional.

2 OS TEMAS GERADORES DO PENSAMENTO DE VIEIRA PINTO

Antes de elencar os temas geradores[3], é impresendível definir o que se entende por essa expressão. De acordo com o pensamento de Paulo Freire, tema gerador significa uma visão central geradora de uma organização provisória do conhecimento, resultante da representação da realidade no pensamento para construir conceitos e enunciados gerais produtores de uma dinâmica visão de totalidade. A realidade representada no pensamento como fonte de informações para compreendê-la no seu real estado, da qual resulta em enunciados metodicamente organizados sobre o real, define um modo específico de apropriação e produção do conhecimento vinculado à realidade. Ou seja, um processo de

[3] Ver FAVERI, José Ernesto de. **FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO:** o ensino de filosofia na perspectiva freireana. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 147.

pensar dinâmico sobre o real como inesgotável fonte de saber. O tema gerador constrói os enunciados gerais sobre os diferentes setores da realidade ligados às dimensões da existência individual e coletiva em que o ser humano está inserido. O tema gerador, necessariamente, gera análises e conhecimentos em torno da realidade mais próxima do indivíduo para pensá-la criticamente. O tema gerador, liga e religa, reversivelmente, ideia e realidade, pensamento e ação, e assim por diante. Por isso, é "a ideia-força", enquanto representação dinâmica do real no pensamento, produzindo uma visão crítica da realidade[4].

Os temas geradores desdobram-se em categorias filosóficas que orientam o pensar e agir sobre o projeto de desenvolvimento, cujo fim é emancipar a nação da condição de subdesenvolvimento, isto é, situação real de desumanização do ser humano e do ser da nação.

Depois de muitas leituras e análises chegou-se à conclusão que os principais temas geradores do pensamento de Vieira Pinto são:

2.1 - Nacionalismo-desenvolvimentista e desenvolvimentismo nacionalista

O desenvolvimento do país será sempre direcionado para a nação e não para a classe econômica mais rica. A nação significa um organismo vivo que, através da autonomia nacional e a soberania internacional, produz o desenvolvimento integral dos indivíduos e da sociedade, gerando "o bem comum" e "bem-estar" entre os indivíduos. Esse nacionalismo desenvolvimentista só é possível quando se tem uma forte presença do Estado, atuando contra a desnacionalização e a internacionalização dos bens e serviços nacionais, através de políticas para garantir que a função desse possa consolidar e promover o bem-estar para a nação.

2.2 – A realidade nacional e as modalidades de consciência: ingênua e crítica

Esse tema gerador abrange a análise da realidade nacional para construir a consciência social, capaz de compreender as mais profundas contradições entre os fatores e as condições que determinam o estágio da nação subdesenvolvida. Isso implica em construir uma sólida e coerente visão crítica da realidade nacional como fundamento pelo qual a classe intelectual, oriunda das massas, produz a ideologia do desenvolvimento nacional.

---

[4] Quando usarmos as expressões "pensar crítico" e "consciência crítica" o sentido que queremos dar é: a construção de **uma visão de totalidade** sobre a realidade ou a questão em análise.

2.3 – A concepção do ser humano, trabalho e cultura

A base comum desse tema gerador é o conceito de ser humano. Esse está intimamente ligado à questão do trabalho e da teoria da cultura. A visão de homem que se adota nesse ensaio está ligada às condições reais em que esse ser vive, sob pena de construir uma visão puramente abstrata e metafisica. O que define o ser da nação subdesenvolvida é perceber que o homem não trabalha para si, mas esse é para o trabalho. Essa contradição define a alienação do ser humano em sociedade numa dada condição concreta. Assim sendo, pensar sobre o fazer do homem é ponto de partida para manter o pensamento ligado à realidade para decodificá-la, cuja consequência é produzir uma visão crítica da nação para a sua emancipação. É baseado na concepção de ser humano que a questão do trabalho e a cultura tem de ser analisada e compreendida para se adquirir uma visão de totalidade do pensamento nacionalista de Vieira Pinto.

2.4 - A produção nacional da própria ciência

A própria ciência está embasada nas pesquisas científicas comprometidas em investigar e superar os problemas nacionais, isto é, satisfazer, de forma cada vez mais elaborada, as necessidades da nação para que as massas oprimidas tenham melhor qualidade de vida. Esse desafio remete-nos a pensar a necessidade de superar os ranços dos discursos metafísicos sobre a pesquisa, bem como a importação de métodos e técnicas para reproduzir, na sociedade subdesenvolvida, a ciência metropolitana, externa e alheia, aos interesses nacionais. A finalidade de se submeter aos ditames da ciência externa é apenas satisfazer as necessidades e os interesses da sociedade de origem, isto é, dos países desenvolvidos. Nessa condição, o pesquisador apenas presta um serviço alheio à realidade nacional e favorece a ciência global. Com essa prática, os pesquisadores postergam para um segundo plano a resolução dos problemas nacionais. Por isso, os resultados das pesquisas, não aplicados à realidade nacional, emperram o surgimento da própria ciência. Essa ciência, de origem metropolitana, passa a configurar como instrumento de produção do conhecimento e da ciência alienada. Em vez de essa ciência estar a serviço do desenvolvimento das nações menos

desenvolvidas, produz a opressão nacional de um povo. Portanto, a produção nacional da própria ciência tem como finalidade e compromisso de responder, positivamente, aos problemas sociais nacionais, através da aplicação dos resultados das pesquisas, A própria ciência possui um caráter nacionalista quando contribui para se libertar do subjugo da ciência global. Dessa forma, o conhecimento local contribui, decisivamente, para responder aos problemas da realidade. A realidade será sempre o ponto de partida das práticas da pesquisa científica, pois a própria ciência tem origem social, cujo resultado possui uma finalidade, também social, porque tanto a origem quanto a finalidade desse tipo de ciência estão comprometidas com o desenvolvimento da coletividade local.

2.5 - A teoria da educação: suporte e orientação na formação da consciência crítica nacional

A educação é o processo pelo qual faz a ideologia do desenvolvimento sair da pura intelecção metafísica para entrar na vida cotidiana das massas, em condição de opressão e desumanização em que vivem. A finalidade da educação nacional desenvolvimentista consiste em formar a consciência crítica para que o oprimido perceba a necessidade de superar a condição de objeto para sujeito. Como consequência, o indivíduo terá, em suas práticas cotidianas, um agir e um interagir, capazes de atribuir finalidade ao que vive e o que produz em sociedade. Por isso, a educação não muda a realidade, mas muda o pensar e, consequentemente, muda o agir do ser humano em sociedade. Como consequência, assume o papel de sujeito na mudança da condição social e material desumanizante em que esse ser vive.

2.6 - A tecnologia como instrumento de libertação do ser humano e do ser da nação

A produção nacional da própria ciência, compatível com o nível de desenvolvimento e as necessidades da sociedade, vai definir a finalidade da tecnologia. A tecnologia pode se transformar no instrumento de opressão, exploração, controle do ser humano e da própria nação, quando usada para fins alheios à emancipação do ser humano. Dessa forma, origina-se o colonialismo tecnológico. Esse aprofunda ainda mais o nível de

subdesenvolvimento da nação pelo fato de que a tecnologia se torna um meio pelo qual uma nação desenvolvida sufoca e estrangula a nação subdesenvolvida, pelo uso de uma tecnologia apenas compatível com os interesses das grandes metrópoles e ignorando os interesses nacionais das sociedades subdesenvolvidas.

3 AS CATEGORIAS FILOSÓFICAS PARA O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

A leitura das obras de Vieira Pinto possibilitou identificar algumas categorias, imbricadas entre si. Esse estudo centra a atenção sobre as categorias que servem de base para compreender o que significa um processo de desenvolvimento emancipatório da nação subdesenvolvida.

A prioridade deste ensaio é construir um referencial teórico capaz, entre outras contribuições, de realizar uma análise crítica em torno da concepção de Estado e o conceito de desenvolvimento implementado pelo atual governo.

As categorias aqui abordadas, podem não ser as únicas, pois, dependendo do ponto que se coloca a vista sobre os setores da realidade, pode-se descobrir e acrescentar outras categorias que não tenham sido aqui analisadas. Entretanto, isso não invalida este estudo porque passa a ser um ponto de partida e não um ponto de chegada. As ideias e o pensamento de Vieira Pinto têm de ser tomado como instrumental teórico de análise crítica da atual realidade brasileira.

3.1 - O conceito de nação

A nação, neste estudo, significa uma grande dimensão de massa humana contínua, que o pensador denomina de massas oprimidas, pois, refere-se a um conjunto de indivíduos que forma a nação subdesenvolvida.

Esse dado assume uma importância ímpar nesse contexto, porque além da contradição entre homem x natureza, capital x trabalho, para Vieira Pinto, existe uma contradição ainda mais ampla e fundamental entre: as nações desenvolvidas x as nações subdesenvolvidas.

Superação da contradição fundamental reside na elaboração de um projeto nacional de libertação das massas, através de um *processo de pensar dialético e* cuidadoso sobre a realidade subdesenvolvida, enquanto ponto de partida para

organizar a ideologia do desenvolvimento nacional. A superação da contradição entre nações reside na radical defesa no despertar a “autopercepção” da massa oprimida sobre a realidade nacional em que se desenvolve a sua vida. Esta é a origem e o sentido do conceito de nacionalismo, não xenófobo, em Vieira Pinto.

O nacionalismo caracteriza-se como um movimento intelectual que procura construir, entre a massa oprimida, um pensar crítico e dialético, do qual se configura como processo que excita o ser para elevar o nível da consciência ingênua para a autoconsciência, como resultado de uma cuidadosa análise e interpretação coerente e fiel da realidade nacional. Esse será o ponto de partida e o contexto ***no processo*** de produção da ideologia do desenvolvimento que trataremos mais adiante. A ideia de processo que nos referimos, anteriormente, é diferente daquela defendida por Hegel no plano da racionalidade teórica da pura abstração. A ideia de processo, para o nosso pensador, sustenta-se no plano real e histórico onde o pensamento encontra-se interconecto com a realidade do ser vivo da nação. O nacionalismo significa a tendência de pensamento organizado por um conjunto de pensadores nacionais, cuja finalidade é defender a libertação da nação, duplamente oprimida: pela imposição das condições materiais de vida ao povo e pela importação de ideias e teorias das metrópoles que forja a perda da autonomia e compromete a soberania em diferentes direções. Entre outras podemos citar: os processos de pensamento e os processos de pesquisa científica nacional que visa produzir a própria ciência, não estão ligados ao processo produtivo local, e, por isso, estão alheios aos interesses nacionais. Portanto, produz-se uma ciência alienada aos interesses e a realidade metropolitana. A perda da autonomia e soberania da nação dá-se em base às duas direções apontadas porque trabalha-se e se produz com fim alheios aos interesses nacionais.

Cabe aos intelectuais nacionais assumir a tarefa importante de produzir uma coerente compreensão da realidade para a formação de uma consciência nacional crítica, orientadora das ações e relações libertadoras da nação oprimida. Isto é, cabe os intelectuais, que vivem na realidade nacional, construir a ideologia para o desenvolvimento, cuja centralidade reside no encontro do intelectual com a autêntica realidade do povo e com o homem brasileiro pobre, do qual nasce o conjunto de “ideias-força”, que vão conduzir o desenvolvimento. A ideia de nação está ligada à noção de essência do ser humano, enquanto partícipe do ser da nação. Nessa perspectiva, o homem produz a sua própria existência mediante as

relações com a realidade e com os outros para manter-se vivo. A ideia de nação surge a partir dessas relações, que irão definir o ser da nação e seu nível de desenvolvimento em que se encontra o país.

Portanto, somente quando a totalidade de uma nação alcança o nível de consciência crítica, construído pela educação nacionalista, estava madura para realizar um amplo pacto de luta pelo desenvolvimento integral do país.

3.2 – O significado de “amanualidade”

O significado de amanualidade reside no pensar e estudar o fazer do homem para recompor a história de uma civilização específica. Significa resgatar a história de manusear o mundo para transformá-lo, de forma cada vez mais elaborada, em benefício próprio. O grande desafio reside no resgate da origem e a história da civilização. Com essa ideia, o autor encaminha uma concepção ativa e não contemplativa da realidade, porque o trabalho exercido sobre o real, além de transformá-lo, produz a capacidade ideativa que, simultaneamente, muda a forma de pensar e do fazer humano, melhorando, qualitativamente, as condições de sua sobrevivência.

Ao considerar a experiência de manusear o mundo com as próprias mãos, Vieira Pinto rompe com a o discurso filosófico institucionalizado, como docente da UFRJ, e, se encontra com homem brasileiro pobre, ser constitutivo da nação subdesenvolvida. Nessa condição, as análises e interpretações da realidade nacional não podem estar ancoradas em ideias e conceitos prontos de origem abstrata e estranha à realidade local; mas é o desafio a ser enfrentado pelos intelectuais nacionais, com seriedade e comprometimento objetivando interpretar, coerentemente, as condições reais das massas oprimidas.

A experiência comum, entre os indivíduos, pelo trabalho constitui o ser da nação oprimida, ou seja, o manuseio do mundo com as próprias mãos indica o nível de desenvolvimento da nação. Nesse sentido, desenvolvimento é diferente de progresso. Assim como, o analfabeto não é apenas aquele indivíduo que se encontra na escala zero no domínio do alfabeto. O conceito de analfabetismo pode ser identificado quando o indivíduo se situa num grau de cultura mais ou menos elaborada, que embora não tendo o domínio do alfabeto e da escrita, domina para si, o processo e o sentido das ações que realiza, transformando a natureza em seu

benefício. Essa ideia, de pensar a partir da experiência do homem sobre a realidade, assume um papel fundamental para a elaboração da teoria da educação nacionalista.

Amanualidade está ligada ao desenvolvimento e não ao progresso, que significa dar ao homem o que não tem. O desenvolvimento consiste em dar, além do que tem, o que ainda não tem, por algo mais elaborado, capaz de melhorar as condições da vida pessoal e social.

Manusear o mundo com as próprias mãos implica, entre muitas outras coisas:

a) construção da memória social, enquanto o jeito de manusear e tocar o mundo que constrói a cultura;
b) avaliar a qualidade técnica cada vez mais elaborada, na transformação do mundo pelo trabalho, onde se circunscreve a vida de um povo e produz a cultura, que permite caracterizar uma etapa histórica da civilização;
c) manusear o mundo com as mãos desperta o manuseio do pensar fundado no fazer humano. Isso dá ao pensar um caráter dialético sobre o fazer do homem, na construção de uma racionalidade do real dentro da condição histórica e social, como principal fundamento de construção da ideologia do desenvolvimento nacional;
d) a amanualidade, pensada nessa perspectiva, contribui na superação do subdesenvolvimento pelo desenvolvimento. Isso acontece quando o homem, ao manusear o mundo, tecnicamente cada vez mais elaborado, compreende o que faz pelo trabalho e para quem o faz. Essa forma de pensar constrói a consciência crítica, isto é, produz a visão de totalidade do que somos e fazemos. Como consequência, gera, no seio da nação, uma cultura generalizada em torno da necessidade de emancipação da condição atual de vida para outra superior;
e) finalmente, amanualidade implica que o fazer do homem constitui a história dos objetos. A história dos objetos possibilita perceber o nível de desenvolvimento da civilização, no momento e no contexto, em que esses foram criados.

Portanto, a amanualidade está na base do pensamento de Vieira Pinto, no sentido de buscar uma compreensão da realidade para se construir uma visão de totalidade de si e da nação em que se desenvolve a vida de cada indivíduo.

3. 3 - A ideologia do desenvolvimento nacional: a filosofia e o fio condutor do projeto de emancipação da nação

Antes de abordar as teses centrais para a construção da ideologia do desenvolvimento nacional, algumas observações são necessárias para orientar a análise que se pretende realizar.

A ideologia que o autor defende é aquela que se constitui como consciência da sociedade brasileira sobre as condições subdesenvolvidas para ascender num dinâmico processo de desenvolvimento emancipatória da nação. O desenvolvimento significa a humanização do ser humano e do ser da nação em geral. O subdesenvolvimento é a condição de vida precária A qual os indivíduos se encontram, por isso, é um processo de desumanização.

Esse desafio de produzir a ideologia do desenvolvimento é tarefa dos intelectuais nacionais. Somente eles podem realizar "o alargamento quantitativo" da área cultural, necessariamente, acompanhado por "um movimento qualitativo" na transformação da consciência das massas populares sobre a realidade nacional. Isso implica em superar o pensar abstrato para um pensar histórico e social, com o objetivo de analisar o passado, compreender o presente e vislumbrar um novo futuro. Essa tarefa cabe aos intelectuais que vivem na realidade do país subdesenvolvido, cujo fim é realizar a correta e coerente interpretação dos problemas nacionais, onde se origina o conjunto das "ideias-força"[5], isto é, a ideologia, para sustentar e direcionar o projeto de desenvolvimento nacional autônomo e soberano. Um grave equívoco que se pode cometer quando da construção da ideologia do desenvolvimento é delegar essa tarefa aos intelectuais alheios a nossa realidade para interpretá-la. Ou seja, essa tarefa de delegar aos intelectuais metropolitanos para interpretar a realidade nacional, além de uma atitude absurda, constitui-se na estratégia de inviabilizar a produção da autêntica

[5] Segundo o pensamento de Ernani Maria Fiori, "a ideologia é um conjunto de *ideias-força*, com que o grupo social interpreta a situação histórica que vive e formula seus projetos relativos a sociedade". (FIORI, 1991, p.145).

ideologia do desenvolvimento nacional. Isso compromete a intepretação correta e coerente da realidade pelo fato do analista não estar imerso nela.

Quando um pensador alheio a nossa realidade se aventura à interpretá-la, apenas consolida o colonialismo intelectual externo sobre a realidade interna do país. Isto é, produz uma ideologia alheia e incompatível com a realidade local, desviando o pensar para impedir o surgimento dos movimentos de emancipação do povo e consolidar a manutenção do subdesenvolvimento do país, pela construção da consciência ingênua[6] entre a massa oprimida.

O intelectual estranho à realidade nacional contribui para o surgimento e consolidação social da consciência ingênua, porque as ideias que produz não representam fielmente os problemas e a realidade em que vive o homem pobre da nação subdesenvolvida. Dessa forma, o pensar assume um caráter ingênuo porque não leva o indivíduo a compreender a realidade em seu entorno por ser incapaz de representá-la, na forma de ideia, no seu pensamento.

São as ideias que produzem a consciência coletiva da nação, ou seja, a ideologia, como representação da realidade no pensamento, provoca, nas massas populares oprimidas, a metamorfose da consciência ingênua para a crítica. Essa realiza a mudança de postura do indivíduo no coletivo. Dessa forma, passa a integrar-se na luta pela implementação do projeto de desenvolvimento nacional. Para se ter êxito na implementação da ideologia com vistas ao desenvolvimento é necessário construir a **unidade** entre os indivíduos da nação oprimida para que as mudanças no seio da sociedade progressivamente possam acontecer. Isto só é possível quando a massa oprimida tiver uma visão crítica das condições desumanas em que vive. O movimento nacional de luta para que as mudanças possam acontecer é imprescindível um **planejamento** de ações comuns, voltadas para implantar a ideologia, implica comprometer-se na luta social para emancipar a nação oprimida.

Para construir a ideologia nacional do desenvolvimento, cinco são as teses que devem orientar a execução dessa tarefa:

a) sem ideologia do desenvolvimento, não há desenvolvimento;
b) a ideologia do desenvolvimento tem, necessariamente, de ser fenômeno de massa;

---

[6] O conceito e a caracterização desse tipo de consciência serão abordados, com maior profundidade, na sexta categoria

c) o processo de desenvolvimento é função da consciência de massa;
d) a ideologia do desenvolvimento deve proceder da consciência das massas;
e) a teoria da educação nacionalista libertadora, instrumentalizada para contribuir com o desenvolvimento, possui como desafio a formação da consciência crítica do homem "em situação" para superar a opressão que vive a nação[7].

A produção da ideologia do desenvolvimento, conforme entende Vieira Pinto, tem de ser produzida por intelectuais que vivem a realidade nacional. Pois, a ideologia se origina das massas e para elas se volta. Esse processo é orientado pela consciência crítica condutora do agir e do interagir emancipatório das massas oprimidas.

3. 4 - Visão antropológica: a concepção de ser humano como base constitutiva da nação

O conceito de ser humano, na visão do autor, tem como ponto de partida a produção da existência pelo trabalho. Para analisar a questão, é necessário tomar o ser humano na mais absoluta dimensão concreta. Pois, é na concretude de sua vida que se mantém o pensamento antropológico enraizado na situação mais real em que o homem vive. Esse ponto de partida interliga essa categoria filosófica com as demais e serve como ponto de partida e como base para conceituar o ser humano. Essa convergência entre as categorias só é possível porque o ponto de partida comum entre elas é a produção da existência. Somente um pensar dessa natureza supera as visões metafísicas de compreensão da essência do homem.

Ao longo da história do pensamento humano, inúmeras concepções filosóficas foram elaboradas para explicar a essência do homem. A grande maioria pensa o ser humano como uma ideia fora dele próprio, ou seja, além ou aquém do contexto atual e real em que produz a existência. Nessa perspectiva de análise, temos a construção de um pensar antropológico metafísico, onde o pensar fica descolado da real situação em que o ser humano se encontra. Há muito tempo que a essência do homem era pensada como *razão, alma, espírito, eu, consciência,* enfim, categorias de pensamento que nos remetem para uma análise idealista do

[7] FAVERI, José Ernesto de. **Álvaro Vieira Pinto:** contribuições à educação libertadora de Paulo Freire. São Paulo, LiberArs, 2014, p. 116-117.

homem, da qual se origina um pensar metafísico e alienado pelo fato de ser pensado fora do contexto em que vive. A consequência dessa postura separa o mundo humano do mundo material, gerando um fosso entre os dois extremos. Enfim, a concepção metafísica do homem retira a possibilidade de autopercepção de que ele é um ser *no* e *com* o mundo em que se desenvolve a existência.

A ideia de essência do ser humano que se defende está alicerçada na visão de que é um ser que **está** no mundo, e, simultaneamente, é um **ser no mundo**, na luta para conquistar o **mais-ser**, como superação do **menos-ser**. *Estar no mundo* é simples pertencimento a ele, como outro ser qualquer. Entretanto, o estar no mundo requer, simultaneamente o **ser no mundo**. O homem concebido, simultaneamente, nessas duas dimensões constitui-se num sujeito de relações que supera o simples pertencimento à realidade e consegue transformá-la para si, a fim de melhorar sua existência. Somente o ser humano consegue superar o pertencimento ao mundo e, ao buscar a sobrevivência, constrói a relação para adaptá-lo a si, cujo fim é melhorar, progressivamente, a qualidade do seu existir.

A capacidade de o homem operar sobre a realidade produz as coisas necessárias para manter-se vivo, com uma qualidade de vida superior, ao mesmo tempo e nas mesmas condições, constrói seu potencial ideativo. O ser humano, ao transformar o mundo para si, também produz o pensamento ideativo e desalienado que dá origem à consciência crítica. O pensamento crítico atribui finalidade às ações e relações que o homem empreende sobre o mundo para torná-lo um sujeito desalienado. É isso que potencializa o pensar e o agir, onde dinamicamente, vai aperfeiçoando o seu *modus operandi* sobre a realidade e desenvolve sempre melhor o próprio potencial de pensamento.

Uma análise antropológica dessa natureza acaba por exigir a elaboração de uma teoria pedagógica. Isto é, a antropologia transforma-se em base para a construção da pedagogia nacionalista desenvolvimentista. Uma análise do homem *em situação*, conforme está se propondo, forja a necessidade de uma teoria da educação, sustentada e circunscrita a partir da ideologia do desenvolvimento, oriunda de uma correta e coerente compreensão crítica da realidade nacional, cuja finalidade da educação é ser libertadora das massas. Dessa forma, supera-se a educação como algo imposto de fora para dentro, para se transformação como processo construído de dentro para fora. Isto é, uma concepção de educação endógena e não exógena. Seu compromisso é formar a consciência crítica

orientadora do agir e interagir da nação rumo ao desenvolvimento nacional para a humanização da massa oprimida.

3. 5 - A humanização e desumanização do ser humano e do ser da nação pela produção da existência

3.5.1- As condições sociais e materiais da humanização e desumanização do ser humano estão vinculadas ao nível de desenvolvimento em que a sociedade se encontra. Quando a sociedade se encontra num nível de desenvolvimento razoável, o homem encontra-se numa posição mais humana porque, mediante ao resultado de seu trabalho, tem acesso as coisas materiais de que precisa para manter-se vivo com dignidade. Por outro lado, quando o ser humano se encontra numa sociedade subdesenvolvida, a possibilidade de uma vida desumana é muito provável e real. Porque o resultado do seu trabalho não lhe permite ter acesso a coisas materiais para manter-se vivo com uma qualidade de vida cada vez mais superior. Ou seja, o lugar que o homem ocupa na escala da produção das coisas materiais de que necessita para manter-se vivo é sempre uma relação desigual entre rico e pobre, gerando a dominação e a exploração transformando o homem em objeto e não sujeito de sua existência.

A questão do trabalho como fator de humanização e desumanização torna-se fundamental para essa análise e está, diretamente, vinculada à concepção de ser humano. O trabalho, de um lado, humaniza o ser humano quando a produção das coisas materiais se desloca no plano dos objetos fabricados para dar destaque e compromisso com a vida do sujeito produtor. Agora, o trabalho desumaniza quando a produção fica somente centrada na fabricação dos objetos, sem se importar com a vida do sujeito que os produz. É isso que comumente ocorre com a produção capitalista dos bens materiais. A consequência que isso traz é a separação do sujeito da produção dos objetos, provocando a alienação e consequente desumanização, porque o trabalho vira mercadoria comprada por outro, sendo que o limitado resultado do seu trabalho não lhe permite ter acesso ao que produz. Essa é uma contradição no mundo produtivo do capitalismo que gera a desumanização do homem. O que causa essa contradição é que o resultado do seu trabalho está submetido a interesses alheios a si e à nação. Por isso, quando se

aproximam o sujeito e o objeto produzido pelo fazer pensando e o pensar fazendo, define-se um processo dialético de construção de si, do próprio pensar e do mundo. Pois, no mesmo processo de produção da existência, o ser humano consegue, simultaneamente, ter acesso às coisas materiais para manter-se vivo e desenvolve sua capacidade de pensar. Aí reside a plena humanização. Com o que se tem abordado até aqui, percebe-se que o trabalho tanto pode humanizar quanto desumanizar o ser humano, dependendo em que nível de desenvolvimento se encontra a nação. Se a nação é subdesenvolvida, o ser humano encontra-se numa situação real de desumanização e se a nação encontra numa situação real de desenvolvimento, o ser humano encontra-se numa situação real de humanização. O nível em que se encontra a nação, opressora ou oprimida, da mesma forma o trabalhador na relação social, recebe tratamento diferente e desigual, isto é, de oprimido porque sempre tem alguém que o oprime. Por isso, o processo de desumanização reside na dupla e recíproca relação desigual. A primeira, entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas como consolidação dessa contradição maior. A segunda contradição reside na relação entre capital e trabalho, isto é, entre os donos dos meios de produção e o trabalhador. O primeiro domina o segundo, dessa forma instala-se uma relação de senhor e escravo. O segundo é explorado porque com o resultado do seu trabalho não consegue ter acesso aos bens materiais que produz. Nesse sentido, torna-se objeto explorado duplamente. Ele próprio vira mercadoria como ser vivo e sua força de trabalho, uma vez que esse não mais lhe pertence. Por outro lado, a desumanização é sempre uma condição desfavorável à vida porque limita o acesso às condições de viver com decência.

Portanto, para compreender o fenômeno da humanização e a desumanização do homem é necessário entender o real estado em que esse se situa no processo produtivo. Essa atitude conduz a formação do pensamento e a autopercepção pela compreensão da posição, de sujeito ou de objeto, que ocupa no processo social de produção material da existência. Por isso, o trabalho é o ponto central para definir o nível de humanização e desumanização do ser humano, e, do ser da nação. O pertencimento a uma nação, seja opressora ou oprimida, faz circular, no seu interior, a cultura que reforça e cristaliza a consciência de opressor ou de oprimido, gerando do mesmo modo, atitudes contraditórias entre as classes antagônicas, opressor-oprimido, no interior de uma nação. Por isso, a contradição maior situa-se entre nações. Outras contradições de menor porte, mas nem por isso

menos desumanas, podem ser percebidas no interior de uma nação. Por exemplo, a contradição entre os setores diferentes de uma mesma sociedade, gera as classes sociais e institucionais antagônicas. Essas caracterizam-se pelas relações desiguais entre indivíduos que ocupam cargos e outros que apenas desempenham funções subalternas na hierarquia da instituição. Essas relações institucionais desiguais geram a relação opressor-oprimido, porque é sempre uma relação pouco democrática e muito autoritária. Isto é, um manda e outro obedece docilmente. Nesse sentido, uma nação que pretende superar o seu estado de subdesenvolvimento, enquanto processo de desumanização, deve iniciar pela formação da consciência crítica, para produzir nos indivíduos uma visão de totalidade unitária. Com isso, o indivíduo autopercebe e compreende a sua situação real e se engaja no processo de luta pela emancipação pessoal e social. Quero ainda, nessa linha de pensamento, ressaltar que é na contradição entre **classes institucionais** que se situa a relação opressor-oprimido, preconizada nas práticas pedagógicas escolares de ensino. É nesse sentido que Paulo Freire dá a sua fantástica contribuição para uma educação nacionalista emancipatória da nação e das classes oprimidas sejam, elas socioeconômica ou institucionais. Sempre que, numa dada sociedade, existir qualquer contradição acompanhada pela desigualdade na relação e venha favorecer uma classe e desfavorecer outra, instala-se aí o processo de desumanização, por se tratar de relações desiguais, transformando um indivíduo em sujeito e outro em objeto. O mesmo processo se instala em nível de: nações, classes sociais no interior da mesma nação e, de modo mais específico, nas classes institucionais. A desumanização é um fenômeno que se manifesta em três níveis, internacional, nacional e pontualmente.

3.5.2- A humanização é coetânea à produção material da existência, isso significa ter **acesso** aos bens necessários para viver e manter-se vivo com dignidade; nesse processo concreto, o pensamento se constrói de forma crítica, porque representa as operações concretas que o indivíduo realiza sobre a realidade material, no pensamento, em forma de ideia, produzindo a visão de totalidade de si e do seu real estado de pertencimento à sociedade/nação.

Dentro desse contexto, a humanização do ser humano e da nação reside na fronteira entre ***o ser*** e ***o mais* ser**. A humanidade é um modo de existir de tal sociedade, definida por determinado grau de desenvolvimento. Isto é, o estado de efetivação das possiblidades está vinculado ao progresso da comunidade, porque

do modo como ela se organiza, permite ao indivíduo ter acesso aos bens materiais e aos bens de pensamento. Assim sendo, o ser humano consegue alcançar o mais ser. Consequentemente, a nação humaniza-se porque a massa encontra-se em condições de ter uma situação existencial mais digna, pois consegue acessar a coisas materiais e promove, para si, a organização do pensamento, que é a organização do mundo. Enfim, a humanização se constrói numa relação recíproca entre o indivíduo e a sociedade, que é a base de uma nação humanizada, porque o desenvolvimento nacional cria a condição fundamental e condição de humanização reversível entre o ser do homem e o ser da nação. O indivíduo está imbricado na sociedade e vice-versa, que produz de forma reversível a humanização do homem e da nação a que pertence.

3.5.3 A desumanização do ser humano e do ser da nação reside na fronteira entre ***o ser*** e ***o menos ser***.

A desumanização do homem reside no nível de subdesenvolvimento do país. A condição de país subdesenvolvido impõe condições desfavoráveis para o ser humano. Nessa perspectiva, o mundo da produção, analisado dialeticamente, é o mundo da opressão, onde o país desenvolvido submete, ao país subdesenvolvido, as condições desumanas da existência pelo trabalho alienado e submetido aos interesses das nações metropolitanas, excluindo os interesses nacionais da nação subdesenvolvida. Aqui, a desumanização realiza-se duplamente: da nação e do indivíduo. As condições em que produzem a existência dos indivíduos e da nação a que pertencem são subumanas e alienadas. Essa situação desumana no interior da nação subdesenvolvida tem origem na desnacionalização e internacionalização do país, entregue ao império econômico externo, que submete a nação para produzir, tomando como referência os seus interesses e excluindo os interesses internos das massas produtoras nos países subdesenvolvidos[8]. O ser vivo da nação está

[8] Chamo atenção que este estado de coisas vem acontecendo hoje no Brasil com o governo brasileiro de Michel Temer. A internacionalização está em franco processo de implementação. Entre outras ações do governo, temos a venda entreguista do pré-sal, dos aeroportos nacionais, da Petrobrás, da privatização das universidades matando a pesquisa científica entre outros setores de prestação de serviços à sociedade. Enfim, os aumentos privilegiados à justiça (Juízes federais, ministros do supremo, políticos etc..). Em nome de superar a crise fantasiosa, tudo é vendido a preço de banana, inclusive setores estratégicos do país são vendidos com base a política de internacionalização. Essa filosofia de governar compromete a autonomia e soberania do país. Enfim, a corrupção que antes se encontrava centrada no partido dos trabalhadores, hoje migrou para os partidos de direita, onde as elites políticas e empresariais fazem a farra com o dinheiro do povo, que vem sendo obrigado a pagar a crise e manutenção dos privilégios para os ricos. Com tudo isso, há o deslocamento dos interesses nacionais para favorecer grupos econômicos internos e externos em conluio com os

alienado pelas forças externas e, por consequência, alheias aos interesses da nação subdesenvolvida. As condições dos indivíduos que produzem a sua existência são subumanas, pois com o resultado do seu trabalho não consegue ter acessos aos bens materiais para viver com dignidade. Por isso, a condição de país subdesenvolvido desencadeia o processo de desumanização dos indivíduos e da nação como um todo. O trabalho em vez de ser para o homem, esse é para o trabalho, com vistas a satisfazer apenas os interesses dos países metropolitanos. Enfim, existe uma intima correlação entre subdesenvolvimento e desumanização, tanto nos indivíduos quanto da nação. Tanto a relação entre indivíduos quanto entre nações, quando desigual é sempre a manifestação concreta do fenômeno de desumanização de ambos.

3. 6 – A produção nacional da própria ciência

3.6.1 O significado do termo

A expressão “própria ciência” é usada como necessidade de se criar um pensamento teórico e condições para realizar as práticas da pesquisa cientifica com espírito nacionalista, gerando um tipo de ciência nacional que possa fazer o enfrentamento da ciência global, hegemônica e opressora, construída nos países desenvolvidos para submeter as pesquisas científicas, realizadas em nosso país, aos seus interesses, alimentando, com isso, o subdesenvolvimento. A ciência nacional, nessa condição, torna-se refém e subalterna da ciência produzida nos países metropolitanos e imposta para os países subdesenvolvidos, impedindo, dessa forma, o surgimento de um pensamento e práticas científicas para criar a própria ciência, como suporte para direcionar o desenvolvimento nacional. Quando os países desenvolvidos não conseguem realizar esta imposição, “sequestram” os cérebros dos cientistas e pesquisadores nacionais das nações menos desenvolvidas para entregar seus projetos, experimentos e práticas científicas aos países desenvolvidos, fortalecendo o desenvolvimento da ciência metropolitana opressora, em troca de melhores condições de vida e de trabalho. Se isso não bastasse também, sequestram os conhecimentos e o potencial criador do pesquisador. Assim

---

governos nacionalistas xenófobos, tanto das sociedades subdesenvolvidas quanto das metrópoles desenvolvidas.

sendo, os países desenvolvidos contribuem e promovem a implementação do colonialismo científico e tecnológico nas sociedades subdesenvolvidas.

Para iniciar a análise dessa categoria, a tese central que se defende é criar um tipo de ciência regional compatível e comprometida com o desenvolvimento nacional da qual resultaria a humanização do homem e do ser da nação. Portanto, a origem dessa ciência está nas relações entre o homem e o meio em que vive, isto é, a realidade nacional, mais próxima de si, cuja finalidade consiste em responder de forma eficiente e eficaz aos problemas do ser humano pela aplicação dos resultados da própria ciência, na realidade local. Essa aplicação dos resultados das práticas de pesquisa abrange a dimensão individual e coletiva das massas e, de maneira nenhuma, podem favorecer apenas os interesses econômicos neoliberalistas das metrópoles, bem como favorecer, unilateralmente, a elite dominante do país subdesenvolvido.

3.6.2- A necessidade de compreensão filosófica da pesquisa científica reside na aproximação entre a ciência e a existência para impulsionar o desenvolvimento nacional, objetivando a humanização do ser humano e o ser da nação.

A prática de pesquisa científica não pode estar baseada na visão unilateral e fragmentada do processo de investigação. Por isso, o pesquisador, necessariamente, tem de ter uma visão global de todo o processo investigatório sob pena de assumir posturas ingênuas. Basicamente, essas posturas ingênuas são três. A primeira, dominar apenas procedimentos práticos e se autorizar a fazer as considerações teóricas; a segunda consiste em fazer considerações sobre a prática pelo domínio apenas teórico dos projetos e objetos de investigação e a terceira consiste em considerar que a orientação teórica do processo de pesquisa é coisa de filósofos e uma perda de tempo.

Qualquer uma das posturas anteriores, adotadas por um pesquisador de forma isolada, jamais alcançará uma visão de totalidade do processo investigatório. Porque pela visão parcial e restrita não se consegue visualizar a origem do projeto e muito menos a destinação das descobertas realizadas pela pesquisa. O pesquisador, adotando uma das posturas ingênuas, estará sujeito a criar obras sem correspondência nenhuma com a realidade e fortalece as condições de produzir conhecimento alienado. Enfim, decepa o vínculo entre o teórico com o prático no processo de pesquisa e na aplicação dos resultados.

A necessidade de compreensão filosófica da pesquisa científica contribui, decisivamente, para que o investigador alcance a plenitude do seu rendimento intelectual, que consiste em casar a teoria com a prática, gerando um novo conhecimento para resolver os problemas levantados a partir da realidade em que o pesquisador se insere.

O grande desafio da pesquisa científica consiste em transformar a realidade para colocá-la a serviço da melhoria da vida de cada um e, simultaneamente, produzir o desenvolvimento integral do indivíduo e da espécie naquele momento. Isso possibilita a identificação dos reais problemas que a pesquisa tem de enfrentar naquela sociedade em um dado momento da história. Assentada nessa base, a pesquisa produz o avanço do conhecimento e alavanca o desenvolvimento do país, porque a investigação, através de seus resultados, responde de forma positiva aos problemas nacionais e locais.

Portanto, a reflexão filosófica da pesquisa científica é necessária porque se realiza dentro de determinado momento do processo evolutivo, tanto da matéria/realidade, quanto na possibilidade da construção de um novo conhecimento para resolver os problemas de uma determinada sociedade. Daí que a visão de totalidade conduz as pesquisas científicas não só como um momento isolado de produção do conhecimento, mas como um processo integrado na evolução da vida e da espécie para continuar o aperfeiçoamento de ambos, ou seja, da realidade e do conhecimento.

3.6.3 A concepção e os fundamentos do conhecimento apropriado para a produção nacional da própria ciência

Segundo as análises de Vieira Pinto, a concepção de conhecimento para a produção da própria ciência consiste numa reação interna de um sujeito frente ao meio que o cerca, dotando a consciência de novas ideias. A ideia será sempre uma representação da realidade no pensamento, que produz a inovação científica nos mais diferentes campos das ciências e o avanço na resolução de problemas em diferentes setores da sociedade, tendo como objetivo manter-se vivo e melhorar, progressiva e dinamicamente, a qualidade da vida do indivíduo e da nação. O conhecimento representa uma propriedade geral da matéria, organizada nas condições de matéria viva. Dessa forma, o conhecimento identifica-se com a vida e nos mais diferentes contextos que se origina. Diversifica-se em vários graus

evolutivos porque vai adquirindo formas sempre mais perfeitas. O conhecimento, assim concebido, gera a ciência vinculada à existência. Dialeticamente, uma vai melhorando a outra pela aplicação dos resultados sobre a realidade, num processo sem fim.

A inovação científica para a construção de um novo conhecimento, que inspira e organiza a própria ciência nacional, direciona e conduz o desenvolvimento autônomo e soberano de um país. Inovação significa uma ideia de representação da realidade no pensamento que impulsiona o pesquisador para a ação. Essa ação representada no pensamento gera uma nova ideia que produz um novo e avançado conhecimento. Desse processo, entre ideias e ações, origina-se, o aperfeiçoamento simultâneo, uma e a outra, porque as ideias e as ações entram num processo dialético, teoria e prática, aperfeiçoando-se, reciproca e progressivamente, ao longo da história da ciência. Nessa perspectiva, há um simultâneo aperfeiçoamento do conhecimento em graus e formas mais perfeitas e, como consequência, o aperfeiçoamento da existência dos indivíduos e da coletividade ao longo da história. Portanto, a inovação realiza o vínculo entre ciência e existência, porque exige que a teoria e a prática, nas atividades do pesquisador, estejam imbricadas ao longo do processo de produzir um novo conhecimento. É no bojo desse contexto de análise que um conhecimento, ao gerar avanços na ciência e na existência, pela pesquisa científica, constrói a própria ciência nacional que impulsiona o desenvolvimento autônomo e soberano da nação. A própria ciência nacional, nessa perspectiva, tem como finalidade a emancipação da nação oprimida. A ciência global, oriunda das metrópoles e imposta à realidade nacional, impede o surgimento da própria ciência nos países subdesenvolvidos. Isso configura o colonialismo científico na relação entre nação desenvolvida com a nação subdesenvolvida, gerando a contradição maior entre elas, consolidando a exploração e a dominação da primeira sobre a segunda, a nação subdesenvolvida. Portanto, inovação é fazer a ideia funcionar na prática para avançar na qualidade do pensamento, gerando qualidade de vida nas pessoas pelo desenvolvimento do país.

Essa concepção de pesquisa científica gera o conhecimento com o mesmo caráter que consiste em concebê-lo como elo que liga as ciências individuais ao conjunto total da produção científica. O momento atual da pesquisa e cada pequena descoberta que se realiza no cotidiano está diretamente relacionado com o conjunto

geral dos conhecimentos, produzidos dentro de um determino momento. Por isso, não podemos assinalar a primazia de um momento sobre o outro e, nem tampouco, a primazia de uma ciência particular sobre a outra. Se isso acontecer, incorre-se no risco de produzir uma visão restrita/unilateral da pesquisa, compromete a visão de totalidade do pesquisador sobre o processo investigatório. O que importa é o pesquisador possuir, ao mesmo tempo, uma compreensão específica do seu projeto e do experimento, jamais se desvincular de uma visão mais ampla, tanto na busca dos resultados quando na aplicação dos mesmos. É isso que se entende por visão de totalidade do pesquisador. Assim, a pesquisa e a ciência deixam de ser subalterna das ciências externas para se transformar numa ciência que venha contribuir para a emancipação das massas, porque a elas indicará os caminhos da solução dos problemas locais e nacionais. Eis, aí, o vínculo entre ciência e existência. Enfim, não podemos priorizar uma ciência particular e suas descobertas, nem priorizar a totalidade dos conhecimentos sobre as descobertas particulares, pois o todo de um momento se constitui de um grande número de descobertas particulares e essas constituem o todo. Daí, a parte e o todo do conhecimento se relacionam mutuamente quando o pesquisador produz um novo conhecimento. Cada nova descoberta individual acontece em função e a partir da totalidade do conhecimento existente até aquele momento. Um influencia, reciprocamente, o outro. A totalidade dos conhecimentos já produzidos, de alguma forma, contribui para realizar novas descobertas de uma ciência particular, onde a totalidade do conhecimento daquela etapa vai se reconstituir pela incorporação de um novo conhecimento específico para formar uma nova totalidade. Por isso, as descobertas de uma ciência particular influem e reorganizam, dinâmica e evolutivamente, a totalidade do conhecimento já produzido. Isso liga as descobertas particulares à totalidade do conhecimento e vice-versa. Nesse movimento, entre parte e o todo do conhecimento, constrói- se a visão crítica do processo de pesquisa científica, incluindo a aplicação dos resultados ao contexto social. Enfim, quando se valoriza, demasiadamente, o conhecimento da ciência global, destrói-se a possibilidade de construir a ciência local, ou seja, a própria ciência. A ciência local fica refém da ideologia da ciência dominante externa. Quando abordamos a necessidade de a pesquisa científica construir um conhecimento local, para responder positivamente aos problemas, não significa separá-lo do conhecimento global. Contudo, ligar e religar o local ao global de modo reversível é a condição fundamental para produzir

a própria ciência. Entretanto, quando se refere à busca do conhecimento global, necessariamente, é preciso que o intelectual e o pesquisador metabolizem, reinventem as teorias e os enunciados importados para que se torne um reforço compatível e eficiente para a ciência local desempenhar, com eficácia e eficiência, os processos de investigação científica. Cabe ao pesquisador ter o cuidado, mediante os problemas locais de pesquisa, de não produzir resultados incompatíveis com a realidade em que está inserido. Assim sendo, a ciência nacional ganha força e se liberta do subjugo da ciência metropolitana, que é incompatível com a nossa realidade. Pois, a ciência de origem externa atende aos interesses externos e não se preocupa com os interesses e a realidade nacional da nação subdesenvolvida.

Enfim, o que se quer afirmar é que a produção de um novo conhecimento realiza três contribuições para a constituição da própria ciência: a) a origem e a aplicação dos resultados da pesquisa científica, prioritariamente, devem ser aplicados na realidade local e nacional para resolver os problemas pertinentes ao nível de subdesenvolvimento em que se encontra a nação; b) todo o trabalho de pesquisa tem o compromisso ético de produzir um novo conhecimento que se aplique a realidade local, contribuindo para reorganizar a totalidade do conhecimento, com o objetivo de melhorar a vida individual e coletiva da nação; c) a pesquisa científica, comprometida com a realidade regional, contribui com o desenvolvimento nacional quando gera um novo conhecimento e, com isso, organiza a própria ciência de caráter emancipatório, porque supera a submissão à ciência externa pelo fato de produzir, intencionalmente, avanços quantitativos e qualitativos, na resolução dos problemas regionais e nacionais.

Para produzir o conhecimento voltado para impulsionar a produção nacional da própria ciência, devem ser consideradas três dimensões intercomplementares: a realidade objetiva, o conhecimento como um fato histórico e o conhecimento como um fato social.

O primeiro e o mais básico fundamento para produção do conhecimento tem como ponto de partida **a realidade objetiva**. A fundação do conhecimento, sendo algo real, está afirmando que a matéria viva constitui a realidade como um sistema em evolução permanente. Somente assim concebendo, o conhecimento resolve racionalmente o problema epistemológico. Nessa perspectiva, temos que tomar uma

posição menos subjetiva e mais dialética no seguinte sentido: “uma coisa é o conhecimento como ato vivo de apreensão de um conteúdo da realidade, outra é a sua formulação mental e depois verbal”[9]. Aqui não vamos tentar definir o que seja conhecimento, mas ele mesmo tem que se definir ao longo do processo de pesquisa que o produz enquanto ato concreto. Somente com uma radical posição dessa natureza, abandona-se a postura de especulações metafísicas sobre o conhecimento e se reconhece como dialético o processo de produzir um novo conhecimento de acordo com a dinâmica evolutiva da realidade e útil ao processo de desenvolvimento do país. Tendo o conhecimento essa base, supera-se o “eu penso” como ato subjetivo, abstrato no processo de conhecer, pelo “nós pensamos”, como atitude concreta dos pesquisadores para se debruçar, metodicamente, sobre os problemas reais, a fim de gerar novos conhecimentos compatíveis com a realidade para solucionar os problemas nacionais e locais. Assim, produz-se a própria ciência com os fundamentos apropriados para constituí-la como instrumento necessário para a emancipação da nação oprimida e libertar-se do subjugo da ciência externa, produtora da dominação científica para consolidar o subdesenvolvimento das nações pobres.

O segundo fundamento, tomando como ponto de referência que a realidade é evolutiva, o conhecimento, assume o mesmo caráter. Nessa perspectiva, o ato de conhecer é **um fato histórico**. O conhecimento origina-se da matéria que sempre existiu em estado de transformação permanente, que constitui a evolução biológica de todos os seres vivos. Nesse sentido, a base para se produzir um conhecimento instrumental para a emancipação dos povos e nações é tomá-lo como inerente à evolução dos seres vivos e, principalmente, da espécie humana. Por isso, o conhecimento é um ato vivo, vinculado à existência individual e coletiva, tanto por quem o produz, quanto para aqueles que se beneficiam com aplicação dos resultados.

O conhecimento é um fato histórico, progressivo por essência, porque ao longo do processo evolutivo, através de contradições, avanços e retrocessos, busca, pela *lógica dialética*[10], penetrar no íntimo da operação viva do ato cognoscitivo,

---

[9] PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência:** Os problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979, p. 15.

[10] O significado da lógica dialética consiste na exigência de passar do raciocínio formal ao dialético. O raciocínio formal se aplica a objetos, fenômenos e casos particulares como expressão da lógica clássica na formulação dos conceitos e enunciados em uma escala humana primária na formação

enquanto apreensão de um conteúdo da realidade. Assim, o conhecimento é percebido como resultado histórico, que vai se construindo e reconstruindo com o próprio desenvolvimento da matéria viva. Nesse processo, o pesquisador procura extrair os conhecimentos, via projetos e objeto das pesquisas científicas, sobre a realidade material onde a vida se manifesta e se aperfeiçoa.

O terceiro fundamento consiste em conceber o conhecimento como um **fato social,** tanto na origem quanto na sua aplicação concreta. A finalidade de produzir novos conhecimentos é também social, pois a aplicação dos resultados das pesquisas sempre acontece no âmbito da coletividade, visando superar as condições desumanas e impulsionar o desenvolvimento da nação para superar o nível de atraso em que se encontra.

A dimensão social do conhecimento é consequência de um ato de pensamento sobre o real estado do indivíduo e suas condições materiais de sobrevivência. Isso precisa ser entendido como um “eu penso”, enquanto pesquisador e cientista, mas também admite a possibilidade do “eu sou pensado”, enquanto produtor de uma ciência, capaz de contribuir para elevar o nível de conhecimento geral da população e, necessariamente, transforma-se em instrumento de superação das condições desumanas que a sociedade se encontra. Colocada essa base social do conhecimento, a própria ciência se constitui num instrumento de transformação da sociedade, porque muda a vida das pessoas e das condições coletivas desumanas em que as massas oprimidas se encontram. Talvez, aqui esteja o vínculo mais forte, profundo e íntimo entre a ciência e a existência, tanto do ser humano quanto do ser da nação como um todo.

O conhecimento justifica-se como um fato social, porque tendo em vista que a carga dos conhecimentos acumulados em cada estágio evolutivo é algo comum a todos os indivíduos nos mais diferentes momentos da história da civilização. Esses indivíduos encontram-se no mesmo grau médio de desenvolvimento, todos estão na mesma etapa evolutiva. Todos, cada qual com seu modo de pensar e agir, são

---

do pensamento metafísico e abstrato. A dialética tem a sua própria lógica que é a lógica aplicada ao dinamismo do real como fato histórico e social na evolução da realidade e da espécie humana. A lógica dialética significa a presença racional do homem na realidade, exige um raciocínio que supere a sucessividade das ideias e os acontecimentos, e incorpore, no seu pensar, a possibilidade da emergência do novo, afim de realizar as transformações no conteúdo e na forma de elaborar os conceitos e os enunciados como potencializadores da capacidade transformadora que o homem possui. Para aprofundar sobre a temática, ver: PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência:** Os problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979, p.175-215.

capazes de dar respostas semelhantes e eficazes na interação do homem com o meio, produzindo o que necessita para sobreviver e manter-se vivo. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos acumulados não pode ser acessível e estar a serviço de alguns membros *privilegiados*, na conjuntura da sociedade. Essa forma de destinar o conhecimento é colocá-lo como instrumento da submissão e dominação de poucos, os ricos, bem como, nações ricas, sobre a massa oprimida e as nações subdesenvolvidas. É um tipo de conhecimento que produz a opressão e desumanização da maioria numa determinada sociedade e nas nações pobres. Portanto, o conhecimento é um ato e processo social quando vai ao encontro da resolução dos problemas individuais e coletivos do ser humano. Isto significa construir conhecimentos novos para humanizar o homem e a nação, pela aplicação prática do mesmo, cujo fim último consiste em melhorar as condições de vida para todos. Finalmente, se o conhecimento é construído historicamente, da mesma forma deve ser aplicado socialmente em benefício de todos. O caráter histórico e social do conhecimento estão interligados, reciprocamente, quando da sua aplicação concreta.

Esse tripé, na forma de conceber o conhecimento como algo real, histórico e social, torna-se o fundamento para criar e desenvolver a própria ciência, apropriada para contribuir com o projeto de desenvolvimento nacional do país. Isto é, a compreensão da pesquisa científica, como trabalho social de emancipação da nação, será possível pela produção de um conhecimento instrumental, cuja finalidade é a libertação das massas oprimidas. Isto é, o conhecimento possui uma dimensão social libertadora pela origem e pela aplicação concreta. Finalmente, os intelectuais e os cientistas nacionais ao produzirem a própria ciência, através de um conhecimento desalienado, libertam a ciência nacional da submissão à ciência externa.

3 6.4 O papel da prática na pesquisa científica

O papel da prática na pesquisa científica está vinculado ao fazer dos homens em sociedade para a produção da existência. A prática, na pesquisa, consiste em

colar as ideias em ação e, das ações, constituir novas ideias no pensamento para gerar novos conhecimentos com estreitos vínculos na realidade em que acontece a investigação. É a prática do pesquisador que realiza a intencionalidade da pesquisa, transformando-se em critério de verdade científica. Isto é, o potencial de conhecimento do pesquisador supõe a capacidade de agir, conscientemente, de acordo com as finalidades a que atribui ao processo de pesquisa, pois não existe outra forma de adquirir novos conhecimentos senão pela prática e pela ação do investigador em conformidade com a sua intencionalidade. A prática sempre gera uma situação nova e, consequentemente, origina novas ideias, que produzem novos conhecimentos, cujo fim consiste em fazer a teoria avançar, acrescentando-lhe algo de novo. Esse processo faz o homem conhecer o mundo de forma mais extensa, aprofundada e exata. Da mesma forma, produz um novo potencial intelectual para gerar novas intervenções sobre a realidade, na perspectiva de superar os problemas e fazer o conhecimento avançar num processo dialético sem fim.

A prática, como fio condutor do processo de pesquisa científica capaz de contribuir para a produção nacional da própria ciência, está assentada em quatro dimensões fundamentais: a) toda a prática é motivada por uma **intencionalidade** que indicará a finalidade da mesma. O fundamento da prática reside na necessidade de inclusão do homem no processo em que produz aquilo que precisa para resolver os problemas reais, e, simultaneamente, produz-se a si próprio, pelo acúmulo de conhecimento que vai adquirindo na medida em que realiza os processos de pesquisa; b) a prática assume sempre uma **dimensão social**. A qualidade social da prática significa o fundamento do saber sob dois aspectos: o primeiro defende que a pesquisa científica tem origem em alguma necessidade social. Nesse sentido, converte o pesquisador e sua equipe em executores do processo. O segundo consiste em que o pesquisador representa a sociedade como especialista, cujo compromisso de seu trabalho é investigar a realidade na qual subsiste o ser da nação, para dar uma resposta razoável às necessidades da sociedade em que está inserido. Portanto, a prática na pesquisa científica sempre terá uma dimensão social, porque as exigências para ser realizada são de caráter social, mas, também, essas práticas fazem parte de um processo histórico de acumulação do saber; c) a terceira dimensão da prática consiste em que a pesquisa científica possui um significado de **produto social**. E, qualquer campo do saber, a pesquisa requer um trabalho de equipe. Penetrar no âmago do processo de extrema

complexidade do real exige o domínio de instrumentos, técnicas e conceitos, desafio quase impossível por um pesquisador isolado. Por isso, reunir esforços de múltiplos pesquisadores para se chegar aos resultados desejados é tarefa de muitos personagens envolvidos no mesmo processo de pesquisa. Daí que o pesquisador tem que aprender a pensar junto para fazer em conjunto. Pois o processo de pesquisa, para alcançar os objetivos pretendidos, requer esforços e comprometimento coletivo dos personagens envolvidos. Enfim, "a pesquisa científica, como trabalho de equipe, é hoje condição generalizada e irreversível na produção de novos conhecimentos. Isso requer conversão para a realidade e a introdução de um novo modo de pensar sobre ela. Isso exige a criação de nova correlação entre a consciência com o mundo, ou seja, o modo coletivo de pensar (*o cogitamus)*"[11], gerando um grupo de sábios para responder, satisfatoriamente, aos problemas que o meio impõe aos pesquisadores; d) a quarta dimensão da prática é tomá-la como uma **ação conjunta** dos homens sobre a realidade para transformá-la, mediante o trabalho, como ação coletiva sobre o meio, extraindo novos conhecimentos, que melhora sua ação sobre a realidade, e coetaneamente, melhora da mesma forma o pensamento pela compreensão mais ampla e profunda do real.

A partir da análise sobre a importância da prática na pesquisa, não é difícil deduzir que a **pesquisa científica é uma modalidade de trabalho social especial.** Pois, o cientista faz parte da sociedade e, por isso, possui um compromisso ético a cumprir que é a destinação social do resultado da pesquisa. A finalidade dessa modalidade de trabalho social é produzir uma existência mais digna e humana no sentido de melhorar, progressivamente, o avanço do conhecimento, da ciência, com fim de melhorar as condições materiais dos indivíduos e ampliar o potencial intelectual do pesquisador. Enfim, isso faz impulsionar o desenvolvimento nacional enquanto processo de humanização do ser humano e do ser da nação.

Para que se cumpra essa finalidade é imprescindível a desalienação da consciência do pesquisador. Esse tem que converter-se, debruçar-se sobre a realidade nacional, a fim de compreendê-la para construir a consciência crítica, enquanto uma visão de totalidade sobre **o que** e **como** realizar a pesquisa científica. Como resultado dessa visão de totalidade, o pesquisador consegue realizar a conexão entre o saber e a realidade, que determina a finalidade social dos

[11] Idem, p. 225

resultados desse processo de investigação e esse novo conhecimento integra-se ao conjunto total dos saberes já produzido, simultaneamente.

A base para que o pesquisador possa desalienar a sua consciência reside na atribuição de finalidade sobre suas ações e, com isso, assume o compromisso ético, no sentido de que os resultados da pesquisa sejam aplicados à sociedade para resolver os problemas que atravancam o desenvolvimento nacional.

Paulo Freire, em um depoimento, critica radicalmente o equívoco diabólico de compreender que educação é treino, afirmando: *Diabolicamente existe uma ideologia voando e sobrevoando o mundo, num discurso pós-moderno que insiste em dizer que a utopia morreu. Ou seja, insiste em afirmar que o sonho na educação sumiu e que a tarefa do educador (a) termina exatamente no* ***treino*** *e não na formação. Há um certo diabolismo nessa ideologia fatalista neoliberal afirmando que o desemprego no mundo, para não falar só do nosso país, é uma fatalidade do final do século XX. Fatalidade, coisíssima nenhuma, é um momento da diabolização do século, mas não uma fatalidade a quem não se possa aferir. Por exemplo: quando se sabe que a quantidade de "marias" e "pedros" que morrem de fome, por dia, nesse país é impossível não ficar repugnado, de ficar em permanente protesto, quando se sabe que a quantidade da produção capitalista do alimento daria comida para duas vezes a população do mundo, isso é uma vergonha*[12]. Nesse depoimento, Paulo realiza a crítica da atual reforma da educação no Brasil e os absurdos do retrocesso nas políticas sociais implementadas pelo atual governo neoliberalista. Sem dúvida, o treino na educação mata a pesquisa científica e gera a crise social do conhecimento.

Enfim, em decorrência da pesquisa científica, produz-se a própria ciência vinculada à produção da existência. Pois, na medida em que o homem aperfeiçoa o mundo com sua capacidade operativa, melhora, simultaneamente, suas operações lógicas de pensamento, estabelecendo uma dupla e complementar relação. De um lado, a relação do homem com a realidade, melhorando sua capacidade criadora tanto no fazer quanto na capacidade de aprimorar o seu pensamento. Por outro, a relação com os outros aperfeiçoa o seu potencial de inteligência pela intersubjetivação da experiência comum de produzir a existência[13].

---

[12] Entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wwMQCz2xoE0

[13] Ver para ampliar a compressão dessa categoria, FAVERI, José Ernesto de. **Álvaro Vieira Pinto:** contribuições à educação libertadora de Paulo Freire. São Paulo, LiberArs, 2014; p. 136-150.

3.6.5 A formação e as condições de trabalho do pesquisador no desafio de criar e desenvolver a própria ciência

A produção nacional da própria ciência requer uma política científica voltada, prioritariamente, para a realidade nacional do país subdesenvolvido, mas requer também apoio de toda ordem, desde o material/financeiro até o incentivo pessoal, para o pesquisador conseguir desenvolver seu trabalho de pesquisa. A superação da condição desumana das massas exige uma contribuição fundamental do sistema de ensino em todos os níveis, para superar a repetição da ciência externa, oriunda dos países desenvolvidos. O ensino, nessa perspectiva, constitui-se num ritual de reprodução mecânica do conhecimento no país subdesenvolvido, sufocando qualquer iniciativa da pesquisa científica no território nacional. Como consequência produz-se a crise social do conhecimento, porque os novos conhecimentos que deveriam ser produzidos para responder, de forma positiva, a realidade problemática do contexto nacional não são gerados. Nessa prática repetitiva do conhecimento alheio à realidade, o aluno se limita a aprender a copiar e o professor ensina os alunos a copiar. O ensino, nessa perspectiva, não passa de um treinamento adestrador do ser humano, objetivando prepará-lo a ocupar um lugar no processo produtivo atrelado aos interesses dos capitalistas internos e externos dos países desenvolvidos.

A crise social do conhecimento, que mencionei anteriormente, é decorrência direta e imediata do uso inadequado da tecnologia. Pelo fato de que, no território nacional, não há uma epistemologia consolidada por uma ciência própria, a tecnologia é usada pela grande maioria da sociedade para fins alheio à produção de novos conhecimentos. Essa passa a ter o papel de controle e manipulação das massas, bem como, serve para submeter o indivíduo a realizar tarefas mecânicas, como por exemplo, o processo de ensinar e aprender repetitivo e adestrador, sem ter a possibilidade de ampliar as operações lógicas de pensamento. Isso produz uma visão unilateral das ações e relações que o homem empreende para produzir as coisas materiais necessárias para manter-se vivo, produzindo, uma visão fatalista e fanática do mundo. A tecnologia, em vez de ser instrumento para melhorar e produzir novos conhecimentos, serve apenas para o controle das pessoas pelo uso inadequado da mesma. O uso equivocado da tecnologia gera a crise social do conhecimento, porque não há uma efetiva consolidação de uma epistemologia

nacional. Por conta disso, o nível médio de conhecimento da população é baixo. Ou seja, o ser humano que trabalha e manuseia o mundo com as mãos não é capaz de representar, no seu pensamento, a ação e as relações de trabalho, atribuindo finalidade individual e social sobre o seu fazer. Pois lhe falta a habilidade de pensar o que faz. A escola não foi capaz de desenvolver essa habilidade, apenas adestrou o homem para o trabalho mecânico. Aí origina-se a alienação da consciência, que efetiva o processo mecânico do trabalho, no ato de produzir os bens materiais, sem produzir os bens de pensamento para melhor compreender o que faz e atribuir finalidade a sua ação. As massas, tendo esse comportamento de não conseguir representar a ação no pensamento, na forma de ideia, apenas alimentam o surgimento e efetivação da consciência ingênua. Torna-se uma consciência que condiciona o indivíduo à passividade no ser da nação, diante dos problemas que a sociedade venha a ter. A consciência ingênua impede o surgimento da consciência crítica entre a classe oprimida. Isso acontece, em decorrência direta de que o indivíduo não é estimulado a pensar sobre o que faz. A formação do pensamento não faz parte do processo de educar as novas gerações, no atual sistema de ensino brasileiro. O que de fato importa no sistema de ensino hoje, e com as reformas propostas, é adestrar o homem para executar mecanicamente funções no setor produtivo, a fim de satisfazer a exigência do mercado de trabalho. Por ora, basta-nos essa noção, pois a questão da consciência ingênua e critica será abordada numa categoria a parte, pelo papel importante que ela exerce na execução do projeto de desenvolvimento nacional.

Diante dessa realidade, a produção nacional da própria ciência tem de levar em consideração dois aspectos fundamentais: a) primeiro, a questão da formação do pesquisador; b) o segundo, as condições reais que esse tem para desenvolver suas atividades no contexto em que está inserido. Portanto, tanto o primeiro como o segundo aspecto indicam as precárias condições reais para que o pesquisador possa desenvolver seu trabalho com eficiência e eficácia, a serviço do desenvolvimento nacional.

a) A **formação do pesquisador** tem como desafio central construir a autoconsciência do seu potencial intelectual, visando obter o máximo de rendimento nas atividades de pesquisa, com o fim último de se libertar da submissão à ciência metropolitana. A libertação da sujeição do intelectual brasileiro consiste em superar

o rito do ensino como transmissão mecânica de conhecimentos, como se fosse uma mercadoria que transita da grande metrópole para emperrar o desenvolvimento da própria ciência. Esse argumento é de fundamental importância porque requer uma formação capaz de desalienar a consciência do pesquisador da dependência da ciência alheia à realidade nacional. Em decorrência desse processo, surge a consciência crítica orientadora das práticas de pesquisas científicas, potencializadores do desenvolvimento nacional. Enfim, criar uma ciência com base na realidade nacional significa colocar o fundamento para o desenvolvimento. Então, a ciência está a serviço da nação como instrumento eficaz na formação da consciência crítica, comprometida com a sociedade para a superação do subdesenvolvimento da nação, através da produção de novos conhecimentos. Portanto, é a ciência que produz a consciência e, essa produz a decência na vida nacional. A ciência, a consciência e a decência são resultados de um longo processo de produção e aplicação dos conhecimentos vinculados à realidade local. Nessa perspectiva, o conhecimento útil à construção da própria ciência é regional/local.

A formação do pesquisador tem como desafio a formação da consciência crítica da realidade. Isso representa a conexão de sentidos reversíveis entre o saber local e o saber geral/metropolitano. Isto é, a ciência é própria quando se torna responsável por remover os problemas que consolidam o subdesenvolvimento e promove o desenvolvimento integral da nação. Por isso, o conhecimento sempre terá uma dimensão social, porque se origina da realidade e os seus resultados são aplicados sobre ela para resolver os problemas nacionais e direcionar o desenvolvimento.

No atual contexto nacional, a formação dos pesquisadores, através da maioria dos programas de pós-graduação, salvaguardando as exceções, em vez de estarem a serviço do desenvolvimento nacional, alimentam a formação de pesquisadores alienados, cujas pesquisas e resultados alimentam a condição de país subdesenvolvido. Os pesquisadores, com as devidas exceções, assumindo essa postura, tornam-se eficientes reprodutores da ciência metropolitana, executores de projetos alheios a nossa realidade local por não terem condições mínimas e razoáveis para realizar a pesquisa necessária ao país subdesenvolvido. Assim, submetem-se à transposição dos referenciais teóricos e reproduzem,

nacionalmente, a ciência externa e os interesses internacionais por motivos diversos. Por isso, tornam-se prestadores de serviços às grandes empresas que representam os interesses das nações desenvolvidas, ignorando a nossa realidade nacional, onde a pesquisa assume um caráter de pesquisa científica alienada. Os profissionais, assim formados, com referenciais estranhos a nossa realidade, transformam-se em prestadores de serviço, nas instituições nacionais, com todos os avanços e ranços trazidos de fora. Com essa prática alienada aos interesses externos, a universidade passa a ter uma nova função: ser uma instituição portadora e desciminadora da ideologia neoliberal xenófoba, por que preserva toda a ordem de contradições, desigualdades sociais e, apenas, assessora os empresários para salvaguardar seus interesses. Essa é a universidade de resultado, porque está atrelada e comprometida com a ideologia neoliberal e aos interesses internacionais das nações mais ricas. Em decorrência dessa situação, liquida-se, sumariamente, a pesquisa voltada para o desenvolvimento nacional e, em contrapartida, fortalece a importação de uma ciência alheia a nossa realidade, que provoca a morte sumária da ciência nacional. Pode-se denominar isso de colonialismo científico, quando se destrói ou se impede o surgimento da própria ciência. Com isso, contribui para destruir a autonomia nacional e a soberania internacional do país. Portanto, é absolutamente necessário, para o pesquisador nacionalista, a conversão ideológica voltada para contribuir com o desenvolvimento do país. O ponto de partida da pesquisa, voltada para o desenvolvimento da própria ciência, é a realidade nacional, sustentada e orientada por teorias nacionais e/ou princípios gerais, metabolizados, quando trazidos de fora, para se tornarem o fundamento de produção dos resultados, melhorando, qualitativamente, o nível de desenvolvimento que se encontra o país.

A produção nacional da própria ciência não é tarefa para a universidade produtora de resultados para o setor produtivo. Não é aquela ciência que produz o desenvolvimento míope que apenas favorece um setor da sociedade e exclui outros; não é aquela que favorece uma classe social e exclui outras; enfim, não é aquela universidade para todos; mas, a autêntica universidade é aquela que venha a contribuir para a produção da própria ciência, que serve de sustentáculo para o processo de desenvolvimento nacional, porque produz novos conhecimentos que definem o caminho da superação do nível de subdesenvolvimento do país. Ou seja,

a universidade, ao gerar resultados de pesquisas compatível com a realidade do país, cumpre com sua finalidade social. Nessa perspectiva, a universidade tem um compromisso social de contribuir para a superação da contradição entre opressor-oprimido. Dessa forma, a universidade tem a responsabilidade social de produzir a ciência que faz parte da produção da existência. Pois, na medida em que o homem aperfeiçoa o mundo para si com a capacidade operativa, melhora, simultaneamente, as operações lógicas de pensamento, através de uma dupla relação complementar. De um lado, a relação do homem com a realidade, que melhora sua capacidade criadora e, por outro, a relação do ser humano com os outros aperfeiçoa o seu potencial de inteligência, pela intersubjetivação da experiência comum de produzir a existência. Isso faz avançar o pensamento que dinamiza a produção da própria ciência, impulsionando o desenvolvimento. Portanto, a ciência melhora a existência quando os resultados da pesquisa científica melhoram as condições de vida da sociedade como um todo e a existência provoca o avanço da ciência quando essa busca seus objetos de experiência e os projetos de pesquisa na própria existência individual e coletiva do ser humano. Somente uma universidade que produz conhecimentos novos, pela pesquisa, conquista a autonomia e competência de fundamentar e direcionar, conscientemente, a produção da própria ciência para a libertação nacional. Ao contrário, estará ela, a universidade, comprometida com a elaboração de discursos que estimulam as práticas que apenas favorecem a dominação ideológica neoliberal e a exploração das massas pela disseminação da consciência ingênua com o objetivo de consolidar os interesses dos ricos, na sociedade subdesenvolvida, e manter o atual estado de desumanidade da nação.

Portanto, a formação do pesquisador com vistas à produção nacional da própria ciência, reside na base ética de se comprometer que a criação científica realizada por ele, vinculada à realidade para que se cumpra as finalidades sociais da ciência que consistem em fazer os resultados incidirem sobre os problemas nacionais, com o desafio de resolvê-los e, dessa forma, superar as condições desumanas da nação subdesenvolvida.

b) O que compromete o trabalho do pesquisador, para alcançar os resultados desejados e exigidos pela realidade subdesenvolvida, são **as condições adversas e impróprias** para produzir um conhecimento que vai gerar a própria ciência, cuja a finalidade é impulsionar o desenvolvimento nacional. Essas condições estão ligadas

à universidade de resultados. Essa se satisfaz apenas com a prestação de serviços aos setores produtivos. Entre outras condições desfavoráveis ao desenvolvimento da pesquisa científica, podemos apontar: falta de financiamento; falta de condições de toda a ordem: laboratórios, equipamentos, instalações imobiliárias; má remuneração pelo trabalho do pesquisador e a realização da pesquisa de "cabresto", isto é, pesquisas sob encomenda para o setor produtivo. Todos temos consciência que a pesquisa é um trabalho raro e caro. Por isso, o compromisso do pesquisador e da própria universidade consiste em estar comprometidos com a produção interdisciplinar de novos conhecimentos para contribuir no processo de humanização das condições de vida do indivíduo e da sociedade em que está inserido. Ao melhorar qualitativamente a vida do indivíduo, coloca-se o fundamento sólido para melhorar a qualidade de vida no coletivo. Do contrário, quando o pesquisador/docente e a universidade não cumprem com a finalidade social da ciência e se limitam ao precário ensino repetitivo, além de manter o atual *status quo* da sociedade desigual, consolida, simultaneamente, a pobreza intelectual e material na formação das novas gerações. Nessa linha de pensamento, quando há pesquisa na universidade, o pesquisador as realiza sob encomenda, cujo os resultados sempre favorecem aos grupos econômicos mais ricos em consenso com os dirigentes das universidades para consolidar, localmente, os interesses neoliberalistas. Dessa forma, tolhe a liberdade, a autonomia e a capacidade criativa do pesquisador. O pesquisador perde o controle de sua produção científica e deixa-se corromper, no sentido de abandonar o compromisso ético que ele tem em relação às finalidades sociais da pesquisa científica, por estar a serviço dos interesses de pequenas minorias sociais ricas que, de alguma forma, usam os resultados da pesquisa para satisfazer interesses próprios e privados, desvirtuando, dessa forma, a intencionalidade da pesquisa e do compromisso ético que o pesquisador assumiu perante a sociedade. Nessa condição, o pesquisador vê-se obrigado a vender a sua força de trabalho criador, sob pena de desperdiçar sua capacidade ou de ficar no anonimato com suas criações, por falta de recursos financeiros e, quando realiza a pesquisa, falta divulgação dos resultados. Por fim, quando o pesquisador não cumpre "obedientemente" aos interesses de quem encomenda a pesquisa, pela classe economicamente mais favorecida, é exonerado por ser acusado, equivocamente, de não estar produzindo via "pesquisa de

cabresto”[14]. A instituição e a sociedade, em vez de incentivar a produção própria da ciência, emperra a atividade de pesquisa nessa direção, pelo desprezo e pela falta de condições de toda a ordem para que os processos de investigação avancem e tenha reflexos positivos no local em que está sendo realizada.

Outra condição desfavorável para produzir a própria ciência é quando o cientista/intelectual realiza pesquisas não por iniciativa própria, mas por imposição dos dirigentes da universidade em conluio com a classe dos ricos onde está inserida. A classe social dominante, no contexto em que a universidade está inserida, representa os opressores nacionais, vinculados e alinhavados aos interesses internacionais. Essa realidade fere a função da universidade, que consiste no tripé da pesquisa, ensino e extensão, comprometendo a autonomia dos pesquisadores que acabam se subtendo aos interesses dominantes externo em detrimento dos interesses da sociedade local e nacional. Dessa forma, o pesquisador, em vez de se comprometer com a pesquisa nacionalista para produzir a própria ciência, fica atrelado aos interesses da classe social dominante no contexto local, nacional e internacional. Isso destrói qualquer iniciativa para se produzir a própria ciência como instrumento de desenvolvimento nacional e de libertação das massas oprimidas.

Nessas condições, o pesquisador aliena-se duplamente. Primeiro, porque os resultados do processo investigatório não lhe pertencem e são encomendados para beneficiar pequena porções de indivíduos na sociedade; segundo, o pesquisador não consegue fazer com que os resultados da pesquisa atinjam a finalidade social. O pesquisador e a pesquisa, nessa condição, são reduzidos à mercadoria com preço e prazo determinado pelos interessados em manter o atual estado em que se encontra a sociedade e a universidade. Isto é, a manutenção da contradição social, no contexto nacional, entre classe opressora e massa oprimida, para consolidar o subdesenvolvimento. Num contexto mais amplo, a contradição é para submeter a nação subdesenvolvida às nações metropolitanas desenvolvidas. Diante dessa

[14] Pesquisa de cabresto significa a submissão do trabalho do pesquisador aos interesses escusos aos problemas da realidade em que ele está inserido. O pesquisador é obrigado a aceitar e desenvolver processos de pesquisa para satisfazer os interesses da iniciativa privada, favorecendo a classes sociais e os grupos locais mais ricos. Com essa postura no desenvolvimento das atividades científicas na universidade, o intelectual e o pesquisador não conseguem definir a finalidade social do seu trabalho e muito menos aplicar localmente os seus resultados para contribuir na resolução dos problemas da coletividade. Pesquisa de cabresto é uma pesquisa sujeitada com resultados direcionados para satisfazer interesses das pequenas minorias sociais locais.

situação contraditória, impede-se que a ciência nacionalista se desenvolva. A consequência é produzir uma ciência alienada em relação à realidade nacional. Aí tem origem a ciência submetida, que lhe tira o caráter e a possibilidade de ser "própria e apropriada" para o desenvolvimento nacional.

3.6.6 A finalidade social da ciência nacionalista

A finalidade social da ciência significa cumprir o compromisso ético do pesquisador com relação à aplicação social dos resultados de seus experimentos e projetos, ao contexto nacional/local. Para realizar essa tarefa com eficiência, temos que levar em consideração duas dimensões:

a) a primeira dimensão reside na necessidade da formação de um **pensar crítico do pesquisador.** Somente um pensar dessa natureza gera uma ciência comprometida para o desenvolvimento, porque produz avanços na melhoria das condições existenciais do homem e da nação, através da produção de novos conhecimentos.

O processo formativo do pesquisador tem de estar vinculado à sociedade a que pertence, a fim de que seu trabalho intelectual contribua, de alguma forma, na transformação da realidade em que está inserido. Em contrapartida, o pensar ingênuo do pesquisador contribui apenas para consolidar o atual contexto e estágio de subdesenvolvimento, através da produção de uma ciência alheia à realidade nacional.

Para se construir o pensar crítico do pesquisador são necessário estes quesitos: a) capacidade de escolher os problemas que dão origem aos objetos de pesquisa, compatíveis com o contexto em que está inserido; b) converter-se à realidade nacional cujos resultados venham contribuir para a superação do atual estado de subdesenvolvimento da sociedade; c) definir as finalidades do seu trabalho de investigação; d) possuir autoconsciência de que a ciência é produto da consciência, onde o vínculo entre ambas, ciência e existência, gera, no seio da vida social, a decência nas condições materiais da coletividade.

O tipo de consciência ingênua ou crítica, é que define a produção de um tipo específico de ciência, alienada ou desalienada. A ciência assume o caráter alienado quando a finalidade do conhecimento que produz está vinculada aos interesses

dominantes nacionais e internacionais. Por outro lado, a ciência assume um caráter desalienado quando produz um conhecimento vinculado à realidade nacional, para superar as condições desumanas em que vive a nação no país subdesenvolvido e da mesma forma se liberta do subjugo da ciência externa dos países desenvolvidos. Nessa perspectiva, a formação do pensamento do pesquisador está diretamente vinculada a um dos dois modos de produção da ciência. Se o pensar é crítico, a ciência passa a possuir um caráter desalienado e está diretamente comprometida com a elaboração da própria ciência, como fundamento do desenvolvimento nacional. Se o pensar é ingênuo, produz uma ciência de caráter alienada, sem vínculos com a realidade nacional. Isso contribui apenas para consolidar o atual nível de desenvolvimento em que se encontra o país. Da mesma forma, consolida a consciência ingênua da massa oprimida, para reificar o *status quo* do atual estado e condições em que se encontra a nação.

b) a finalidade social da ciência consiste em ser **sustentáculo e promotora do desenvolvimento humano da sociedade**, sob dois enfoques: o primeiro refere-se à capacidade do cientista e do pesquisador em criar ideias para ampliar e aprofundar a intervenção do homem sobre a realidade, através do aperfeiçoamento de técnicas e, como consequência, aperfeiçoa as operações sobre o mundo, produzindo transformações para melhorar, qualitativamente, a existência. O segundo, a ciência, pela pesquisa desalienada, impulsiona o avanço do conhecimento, intencionalmente planejado, metodicamente produzido sob uma área de interesse social do pesquisador, para melhorar as condições concretas da sociedade e, com isso, potencializar o desenvolvimento nacional.

O grande desafio social da ciência apropriada para o desenvolvimento nacional é buscar a superação da desumanização da nação subdesenvolvida pela imposição de interesses alheios a ela, onde as massas trabalham e produzem para satisfazer as necessidades estrangeiras, ao invés de trabalhar para a satisfação do bem-estar da nação e indivíduos que aqui vivem e trabalham. É exatamente essa condição que justifica a necessidade de produzir, nacionalmente, a própria ciência com o caráter nacionalista e comprometida com o desenvolvimento para emancipar as massas oprimidas.

3.7 – A teoria da cultura

A teoria da cultura é a base da pesquisa científica e o fio condutor na produção nacional da própria ciência. A ideia central, para compreender a cultura, reside no vínculo entre a produção da existência e a produção de si próprio. A produção da existência está centrada na capacidade que esse ser tem de operar sobre o mundo para produzir os bens materiais que necessita para manter-se vivo, dentro de uma crescente e persistente busca da qualidade superior de vida. Mas, simultaneamente, a esse processo, o homem é um bem de produção de si próprio, porque, na medida em que opera sobre o mundo a fim de conseguir as coisas materiais para a sua sobrevivência, estrutura o pensamento pelo fato de representar tais operações concretas, em forma de ideias cada vez mais perfeitas no seu pensamento.

Nessa perspectiva, a cultura concebida por Vieira Pinto está inserida no modo como o ser humano manuseia a realidade, isto é, a amanualidade, no sentido exposto anteriormente. Entenda-se por cultura, o resultado da produção da existência vinculada à produção da ciência e vice-versa. A pesquisa científica circunscreve-se na realidade local e, simultaneamente, numa cultura com o mesmo caráter. Embora os problemas e objetos da pesquisa abrangem aspectos particulares, de alguma forma estão vinculados à totalidade do real e do saber produzido até então. Por isso, a pesquisa científica e a ciência são um modo de ser particular da cultura, interligada, de forma reversível, entre a totalidade do real e do saber em geral.

O ponto de partida para realizar a análise da cultura é concebê-la como um processo de criação do homem, resultante da complexidade crescente das operações concretas para manter-se vivo e melhorar, progressivamente, suas condições de vida. É a somatória das criações locais que se circunscreve o trabalho científico do cientista e do pesquisador, com ações e criações desalienadas. Pois, na medida em que o homem opera sobre a realidade, além de produzir o que necessita para sobreviver, produz, também, os bens de pensamento no sentido de construir a visão de totalidade de si e do mundo. Nesse sentido, a cultura é consequência da capacidade do homem de operar de forma cada vez mais

complexa, tecnicamente mais elaborada, sobre a realidade, desenvolvendo, simultaneamente, o poder de ideação[15].

A cultura representa tudo o que o ser humano foi capaz de criar ao longo do processo de hominização,[16] isto é, a cultura possui um caráter histórico e social. O caráter histórico da cultura está vinculado no modo como o ser humano produziu a existência desde os primórdios até os tempos atuais, nos diferentes contexto e momento da evolução da espécie. O caráter social da cultura reside no fato de que o homem produz a existência no coletivo e, por ter esse caráter, uma nova criação está ligada a outra. Consequentemente, uma criação realizada no momento atual está ligada às criações anteriores, por conta disso, a produção da cultura caracteriza-se como "processo real" da capacidade de agir e interagir do ser humano sobre o meio. Enfim, a característica fundamental da cultura alicerça-se na criação dos instrumentos cada vez mais perfeitos e, de forma simultânea, aperfeiçoa progressivamente o manuseio deles, gerando a tecnologia que caracteriza a forma própria de agir e de interagir, cada vez mais preciso e perfeito, do homem sobre o mundo numa determinada época e contexto. Dito de outra forma, a noção de técnica está diretamente vinculada à correta preparação intencional do instrumento. O seu uso eficiente para operar sobre a realidade está vinculado ao manuseio cada vez mais perfeito, gerando a conceito de tecnologia.

Nessa perspectiva, a cultura assume duplo caráter intercomplementar. O primeiro é concebida como um **bem de consumo,** enquanto resultado da ação eficaz do homem sobre a natureza, produzindo os bem materiais para a sua sobrevivência. O segundo caráter da cultura é tomada como um **bem de produção,** compreendido como representação da sua criação no pensamento, na forma de ideia, para idealizar nova prospecção de novos atos ou ações a realizar sobre a realidade, de forma cada vez mais complexa e perfeita.

---

[15] Ver PINTO, Álvaro Vieira. **CIÊNCIA E EXISTÊNCIA:** os problemas filosóficos da pesquisa científica. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.121-122.

[16] Significa o processo de construção da humanidade do homem pela formação de seu psiquismo mediante a produção dos bens de que necessita para sobreviver e manter-se vivo. Como consequência, cria-se a si próprio pela estruturação do pensamento, que melhora o agir e o interagir, intencionalmente, planejado sobre o mundo para melhorar sua condição de vida e sua condição de sujeito pensante num processo sem fim, onde um, melhora o outro ao longo da evolução da espécie.

A cultura é consequência das realizações do homem sobre a realidade e, por conta disso, *manifesta-se de diferentes formas* ao longo da história e dos processos sociais de produção da existência: a) *capacidade do homem de operar* sobre a realidade e produzir, materialmente, o necessário para se manter vivo; b) *produção da ciência* como resultante do processo de pesquisa científica sobre a realidade em que se desenvolve a vida para melhorá-la qualitativamente; c) *criação da arte* enquanto manifestação do espírito e o sentimento de uma nação; d) *vivência dos princípios e valores* que orientam a conduta individual e coletiva do homem, do qual resulta a formação do espírito da nação, pela formação da subjetividade do indivíduo. Enfim, a cultura se manifesta, fundamentalmente, em quatro dimensões: material, científica, estética e ética.

A teoria da cultura assume duas dimensões. A primeira refere-se à **cultura alienada,** quando as criações que o homem realiza sobre realidade estão desvinculadas das reais necessidades da coletividade. Portanto, as criações, embora realizadas num contexto determinado, representam uma realidade inacessível para a massa oprimida. Para elas, essas criações não significam nada, porque não decodificam o seu cotidiano. Isto é, ressoa para essas massas como um discurso metafísico da realidade, porque a criação não possui nenhum vínculo com o seu contexto de vida. A segunda dimensão abrange **a cultura desalienada**. É essa que nos interessa, neste ensaio, porque supera o caráter metafísico. Isto é, concebe a cultura como resultado do processo histórico de criações inéditas que o ser humano realiza para satisfazer as suas necessidades e da nação. Por isso, está vinculada à modalidade de trabalho. Por outro lado, um aspecto particularmente importante da cultura é perceber que está vinculada à classe social a qual o indivíduo pertence. Por isso, o acesso e distribuição da cultura entre uma classe à outra é desigual, porque vivemos numa sociedade constituída de classes sociais antagônicas entre ricos e pobres, de onde o poder aquisitivo é brutalmente desigual, como consequência, por parte da classe mais pobre, existe a dificuldade de acesso aos bens culturais produzidos em sociedade.

Finalmente, se há uma brutal desigualdade entre nação desenvolvida em relação à nação subdesenvolvida, onde a primeira se sobrepõe e se impõe de diversos formas, sobre a segunda, da mesma forma, existe uma brutal desigualdade na distribuição interna da cultura, nas nações subdesenvolvidas. Isto é, para as

minorias que mais têm, maior é o acesso à cultura. Com isso, reifica as condições socioeconômicas da classe dos ricos. Para a maioria da população que menos tem, o acesso à cultura é restrito. O acesso precário à cultura compromete as condições de igualdade do acesso, pela classe social mais pobre. Se o acesso à cultura para as massas é restrito, consequentemente constrói um pensar ingênuo e parcial da realidade. Nesse sentido, são facilmente manipuláveis e servem de manobras para impedir a superação da consciência ingênua e da situação de subdesenvolvimento. De forma antagônica, quanto maior o acesso que um povo oprimido tem à cultura desalienada, maior e mais profundo será a formação do espírito crítico da nação e, como consequência, melhora o comprometimento do indivíduo para superar o atual nível de desenvolvimento nacional. Portanto, quanto mais a massa oprimida tiver acesso à cultura, melhores condições terão para construir a visão de totalidade e se engajar na construção do projeto emancipatório pelo desenvolvimento do país. Por isso, um povo com um pensar crítico, através do pleno acesso à cultura, enquanto meio de compreender a realidade, gera a consciência crítica como motor que move as massas para dinamizar a luta pela emancipação da nação subdesenvolvida. Enfim, a massa oprimida pode mais, tanto quanto maior é o acesso à cultura, porque gera, para si e a para classe social a que pertence, mais saber, em consequência, gera possibilidade de **mais ser** no mundo em que vive e convive. Portanto, uma nação tanto mais pode quanto mais o sabe sobre si e a realidade em sua volta.

3.8 – A formação da consciência crítica

3.8.1. Algumas observações gerais

Segundo Vieira Pinto, existe duas formas de pensar, a ingênua e a crítica que definem duas modalidades de consciência com o mesmo caráter. O pensar ingênuo determina o surgimento de uma consciência nacional ingênua e o pensar crítico determina o surgimento de uma consciência nacional crítica. A primeira modalidade de consciência consolida a condição da sociedade subdesenvolvida, porque se torna obstáculo para a mudança da realidade. A segunda penetra na essência da realidade que representada na subjetividade do ser humano e no ser da nação. Dessa forma, o homem se compromete a participar das transformações necessárias do real, afim de potencializar o processo de desenvolvimento.

Numa sociedade subdesenvolvida, onde a grande massa humana é oprimida e alienada, a formação da consciência crítica sobre a realidade torna-se o fundamento para implementar o projeto de desenvolvimento nacional, enquanto forma de superação da condição desumana.

A formação da consciência crítica tem como ponto de partida a realidade nacional subdesenvolvida, fundamento para a elaboração da ideologia do desenvolvimento, que impulsiona o planejamento e a execução do projeto de emancipação da nação.

Para abordar o que se entende por consciência crítica é necessário, antes de mais nada, compreender o que se entende por consciência ingênua da nação. É essa modalidade de consciência nacional que precisa ser compreendida e superada, no atual contexto e momento que passa a nação brasileira. Essa encontra-se sufocada e estrangulada pelas condições materiais e sociais impostas pelo atual governo brasileiro. Entretanto, percebe-se que esse fenômeno social da consciência ingênua se manifesta também no contexto internacional. Por isso, não é somente um problema local de xenofobia das classes políticas e jurídica de extrema direita, mas é, também, um fenômeno próprio das classes sociais mais ricas dos países desenvolvidos. Por tudo o que foi dito, o rico é um ser agressivo porque é regressivo, pois suas relações e comportamentos são xenófobos em relação à classe pobre, estimulando a consolidação da consciência ingênua da nação oprimida.

3.8.2 A consciência ingênua

A consciência nacional está relacionada diretamente com o ser da nação. Se a nação se encontra num estado de subdesenvolvimento, produz a desumanização do homem. Isso caracteriza o estado da sociedade oprimida e alienada, totalmente submetida aos interesses das classes sociais internas dominantes e aos interesses externos das sociedades metropolitanas desenvolvidas. Nessa condição, a nação é portadora de uma consciência nacional ingênua, porque, em vez de reagir mediante à situação de submissão que lhe é imposta, conforma-se com a passividade aceitando a condição de oprimida como algo natural.

A Consciência nacional ingênua é aquela que não tem compreensão profunda dos fatores e das condições objetivas que a determina. Os indivíduos que pertencem à nação, com esse caráter, são facilmente manipulados e reféns de uma ideologia dominadora e exploratória, que desqualifica qualquer possibilidade de se tornar sujeito na construção da própria história e das necessárias mudanças sociais.

As condições que a determina são o nível de desenvolvimento em que se encontra a nação. Uma nação torna-se passiva porque está conformada com a situação presente de subumanidade e sujeição em que vive o homem no interior da mesma. Por isso, o ser humano, nessa condição, não tem perspectiva de melhorar a qualidade de vida no coletivo e não consegue projetar-se para frente. O indivíduo constrói, para si, uma visão fatalista de que a realidade nacional subdesenvolvida é aquela que está presenta na sua vida cotidiana. Por isso, não consegue perceber uma alternativa. Somente resta-lhe aceitar, passivamente, a sujeição como algo natural para justificar a imobilismo e permanecer naquele estágio de subdesenvolvimento. O modo de pensar do indivíduo portador dessa modalidade de consciência é um pensar fechado em si mesmo, acabado, universalmente válido, verdadeiro em qualquer tempo e contexto. O pensar ingênuo concebe a realidade e o ser humano como se fossem uma entidade abstrata, sem nenhum nexo com a realidade existencial. Dessa forma, o homem apenas tem uma relação de pertencimento ao mundo, por isso, sem possibilidade de melhorar as condições pessoais e sociais da nação. O pensar ingênuo define, no indivíduo, a postura de covardia diante da luta para se libertar e invoca, sempre, a confiança de um salvador da pátria[17]. Como consequência dessa situação, o homem, entra na paranoia da visão fatalista de si e do mundo, destruindo qualquer percepção e possibilidade de mudança, tanto na realidade quanto na consciência do ser humano. Consequentemente, gera uma espécie de cegueira em torno dos atuais fatos e das condições que oprimem a nação, consolidando, nas massas, que a alternativa de mudança é algo impossível. A única alternativa é “conformar-se” com o atual estágio desumanizador da submissão da nação pobre às nações ricas, isto é, a sujeição dos

[17] No momento e no contexto da realidade brasileira, a confiança cega e fanática numa polícia federal e num judiciário míope onde para alguns se aplica a lei, mas para outros, a mesma lei não é aplicada. Quando se invoca os fatos golpistas do passado para justificar o golpe no momento presente. Isso não passa de posturas brutais que ferem o estado de direito sob todos os sentidos. Para manter esse tipo de contradição dos golpistas atuais e todos os seus apoiadores de diferentes setores institucionais e nacionais, invoca-se a força repressiva do Estrado, que apelando para ameaça da violência, para intimidar e conter as manifestações democráticas origina-se o terrorismo do Estado que gera medo para manter a opressão nacional.

países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos e, internamente, a sujeição do oprimido ao opressor.

Algumas características[18] que determinam o perfil da consciência ingênua dos indivíduos e do ser da nação podem ser assim elencadas: possui um caráter sensitivo e impressionista; condicionamento pelo âmbito individual; absolutização da sua posição; incoerência lógica; irascibilidade; incapacidade de diálogo; pedantismo; ausência de compreensão unitária; incapacidade de atuação ordenada; moralismo; idealização dos dados concretos; apelo à violência; desprezo à massa; culto do herói salvador[19]; messianismo da revolução; precipitação de julgamento; crença na imutabilidade dos padrões de valor; desprezo pela liberdade; intelectualismo na concepção dos problemas sociais; culto ao bom-senso; pessimismo; saudosismo; primarismo político.

A ingenuidade não deve ser interpretada como deficiência intelectual, mas do ângulo da analítica existencial. Por isso, é necessário tomar o problema da consciência no campo da existência social. Enfim, "o pensar ingênuo não merece ser somente aquilatado como mal para o indivíduo, mais grave ainda é o dano causado à comunidade, que nele enfrenta um obstáculo realmente prejudicial ao processo de desenvolvimento. [...] a ingenuidade da consciência cria séria resistência à ação dos que, compreendendo de modo verdadeiro, o significado dos acontecimentos, lutam por intensificar aquele processo".[20] Por isso, a consciência ingênua não procede, racionalmente, diante da realidade, porque não dispõe de princípios racionais que conduzem o pensar para a descoberta da verdade em torno dos acontecimentos existenciais e sociais. A consciência ingênua, ao invés de buscar a essência da verdade sobre a realidade do ser da nação, apenas se debruça sobre ela de forma que, em vez da racionalidade conduzir sua forma de pensar, é conduzida pela emocionalidade que conduz o pensamento de modo superficial sobre o real para reificar o modo submisso e obediente, quando da análise dos problemas reais da sociedade subdesenvolvida.

---

[18] Neste ensaio, limitaremo-nos apenas citar as características da consciência ingênua. Entretanto, se há algum interesse em aprofundar o entendimento de cada uma delas, o mesmo poderá ser feito através de leitura da seguinte obra; PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. v.1, p. 163-432.

[19] Os juízes e investigadores da lava jato produzindo a miopia da caçada aos corruptos. Agindo de forma parcial, produzindo a imagem de salvadores da pátria e de autoridade mal intencionada com fins ideológicos e políticos.

[20] PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. v.1, p. 161.

3.8.3 A consciência crítica

A modalidade crítica da consciência resulta de um pensar sistemático, focado na representação da realidade, em forma de ideia, no pensamento do indivíduo. O grau de criticidade da consciência está vinculado ao nível de compreensão do contexto social em que o ser humano está inserido. É isso que a torna consciência social, porque seu pensar, fundado na realidade, produz a consciência crítica, isto é, produz uma visão de totalidade sobre si e a realidade em que o indivíduo está inserido. Enfim, a realidade nacional, uma vez pensada, sistematicamente, e, compreendida, realmente, como se manifesta, gera a consciência socialmente crítica da nação. Quanto mais visão de totalidade o indivíduo possui da realidade mais próxima, maior é a possibilidade de superação da consciência ingênua pela consciência crítica. Portanto, o nível crítico da consciência entra na dinâmica de construção da visão de totalidade sobre o estado, existencial e social, em que se encontra o indivíduo e a nação pobre.

A consciência crítica é o tipo de consciência que possui uma ampla e profunda compreensão esclarecedora sobre os fatores, condições reais e sociais que a determina.

O papel da consciência é sempre ativo, porque supera o pensar metafisico e se consubstancia na representação coerente da realidade e da verdade em torno da existência objetiva da sociedade. Por isso, o espaço social alcança a consciência crítica da realidade por se tornar uma autêntica representação reversível entre o real e o ideal, entre o social e o intelectual, enquanto caráter dinâmico do pensar, radicalmente, crítico. A consciência crítica, por ter esse caráter dinâmico de representar o mundo, no seu pensamento, constrói uma visão de totalidade de si e da realidade. Essa visão de totalidade não é um ato isolado do pensamento sobre a situação social, mas um processo representativo do real que passa a perceber a realidade de forma mais coerente e abrangente. Essa combinação perfeita entre as representações da realidade no pensamento e o pensamento inferindo sobre a situação representada, faz com que o ser humano consiga realizar a ampliação do conteúdo da representação, donde produz a explicação mais profunda da realidade nacional. Essas representações são dinâmicas porque não possibilitam o indivíduo estacionar o pensamento num dos extremos, tanto do real quanto do ideal. Supera-se, dessa forma, o idealismo no pensar e o ativismo no agir pela unificação de

ambos, através do pensar dialético, característico da consciência crítica sobre a realidade nacional.

É nessa perspectiva que os intelectuais nacionais, necessariamente, são possuidores da consciência crítica, cujo o fim último é produzir a ideologia do desenvolvimento, fundamento da elaboração das políticas nacionais, orientam a execução do projeto de emancipação da nação.

Com esses esclarecimentos, podemos enumerar as categorias da consciência crítica. Da mesma forma como se procedeu com as características da consciência ingênua. Vamos elencá-las e dar um breve e reduzido conceito sobre cada uma delas[21].

Objetividade: intensifica o esclarecimento das massas sobre a real situação das condições pessoais e sociais em que vive a nação;

Historicidade: interação entre consciência e realidade, como processo e dinamismo na superação da consciência ingênua, para consolidar a consciência crítica da nação;

Racionalidade: construção de um pensar sistemático sobre a condições sociais e, intencionalmente, crítico na construção do pensar coletivo útil para impulsionar as mudanças e o desenvolvimento;

Totalidade: significa conexões de sentido para superar o ESTAR no mundo para o SER no mundo, com o fim de produzir a ideologia do desenvolvimento, ocupada e preocupada com a humanização do homem;

Atividade: pensar o que se vive e viver o que se pensa, como forma de comprometimento e engajamento dos intelectuais para implementar o projeto de desenvolvimento nacional;

Liberdade: é sempre um ato livre para libertar o ser da nação da situação-limite do menos ser para o mais ser do homem;

Nacionalidade: o encontro da consciência com as condições concretas do país subdesenvolvido, enquanto possibilidade de superação da situação contraditória entre nação opressora e nação oprimida e, entre classe social, opressora e oprimida.

Enfim, a consciência crítica comanda a reflexão e análise das práticas sociais, por isso, supera a ficção filosófica, baseada na descrição de comportamentos psicológicos para se transformar num pensar crítico e no agir social consciente e

transformador. Esse pensar crítico se apoia no processo real de construção humana do ser da nação.

3.9 A teoria da educação comprometida com o desenvolvimento nacional

A teoria da educação comprometida com o desenvolvimento é a educação popular para construir a habilidade de pensar a realidade social, objetivando compreendê-la em amplitude e profundidade. Sem esse pressuposto, a educação torna-se privilégio da elite, a fim de manter o estado de subdesenvolvimento da nação. Por isso, as massas são treinadas para executar tarefas no sistema produtivo com a finalidade de consolidar a forma ingênua da consciência nacional.

O papel da educação para o desenvolvimento consiste em construir um processo de transformação qualitativa e progressiva da consciência nacional. Isto é, produz a consciência crítica e difunde, entre as massas, a ideologia do desenvolvimento como projeto de emancipação da sociedade subdesenvolvida. Isso implica em conceber a educação, cujo o caráter é, essencialmente, popular que assume o compromisso de elevar o nível de conhecimento e da consciência das massas sobre a realidade nacional, gerando uma visão de totalidade dos acontecimentos sociais. Essa tarefa não pode ser delegada aos pedagogos oficiais, ausentes do processo histórico real da nação e, nem tampouco, aos visitantes das organizações acadêmica metropolitanas. Essa tarefa cabe aos educadores de origem popular que estarão aptos a desenvolver práticas pedagógicas alicerçadas numa justa teoria sociológica, já que são legítimos representantes da consciência comunitária.

A escola não faz a revolução no país, mas a revolução tem de fazer a escola que o país precisa. Por isso, o trabalho da educação popular para o desenvolvimento lida com o progresso da consciência sobre a realidade para incitar os indivíduos a se comprometerem e fazerem a revolução que vai determinar outro tipo de educação. Isso não se faz com uma consciência nacional ingênua. Somente o desenvolvimento de uma consciência nacional crítica pode produzir as transformações do atual estágio de subdesenvolvimento da nação para superá-lo de forma qualitativa. Nessa perspectiva, o compromisso fundamental da educação é

---

[21] PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. v.2, p. 15-432

mudar, nos indivíduos, a forma de pensar ingênua para a forma de pensar crítica sobre as condições sociais em que se desenvolve a vida.

O ponto de partida para atingir tal fim consiste em quebrar a atual lógica da submissão do conhecimento e da ciência nacional aos ditames da ciência global metropolitana. Um dos indicativos práticos para atingir esse fim é inserir disciplinas sobre a realidade nacional nos cursos de mestrado e doutorado para formar agentes de mudança, no pensar e agir, nos contextos das instituições educacionais e na conjuntura nacional. Isto é, construir e fazer a ideologia do desenvolvimento circular pelos quatro cantos do país. Quem iniciou muito bem essa tarefa foi o intelectual e pedagogo Paulo Freire, quando propôs, para a sociedade brasileira, a concepção da educação libertadora. Outro indicativo prático para quebrar a lógica da pedagogia colonialista de origem externa é criar centros de estudos com o fim de construir conhecimento avançado, tendo como horizonte a compreensão da realidade nacional do país, no sentido de produzir novos conhecimentos para a construção coletiva da consciência crítica e comprometer as massas oprimidas com o projeto de emancipação. A melhor e mais eficiente estratégia é criar um instituto parecido com o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A reinvenção desse instituto ocorre quando se constrói uma nova “inteligenzia” brasileira, capaz de analisar e interpretar a realidade nacional, cuja a finalidade é construir a ideologia do desenvolvimento nacional como superação das atuais políticas de Estado xenófobas do neoliberalismo. Para tanto, propõe-se a criação do ISED (Instituto Superior de Estudos para o Desenvolvimento).

Finalmente, depois dessa longa abordagem sobre as categorias filosóficas para o desenvolvimento, o que se sugere, imediatamente, como indagação: como encarar esse desafio? Talvez seja o momento de realizar uma séria análise das atuais políticas impostas pelo governo neoliberalista que estão produzindo a opressão nacional e refletir, a partir da realidade nacional, para identificar as políticas do estado nacionalista mais adequadas para orientar o desenvolvimento nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de encerrar essa análise sobre as categorias, é preciso reafirmar que este ensaio possui, como intenção, a qual seja, incitar o leitor na busca de compreensão do referencial teórico sobre o pensamento de Vieira Pinto, objetivando

fundamentar uma crítica ao atual governo neoliberalista. Um exemplo na história política do Brasil que não merece, em hipótese nenhuma, ser seguido, pois seria um convite à seguir o mal exemplo.

A distribuição histórica das modalidades de consciência está vinculada à condição e ao nível de desenvolvimento da nação. O momento atual revela essa condição, mediante o imobilismo que a sociedade brasileira se encontra diante de um governo que é tão unilateral, quanto à justiça brasileira é parcial e tendenciosa, quando se trata de investigar os projetos que vão a favor dos interesses da maioria da nação. Pois, a lei vale para alguns, mas não se aplica a outros. Quem faz as leis, não as cumpre e quem manda aplicar as leis, o faz orientado por interesses diversos, indicando parcialidade nas decisões. Enfim, a vale para uns, mas não vale para outros. Por isso, no Brasil não se distribui justiça, mas interesses econômicos e políticos contra a massa oprimida para confundir via estimulação, e disseminação da consciência nacional ingênua. Essa distribuição da consciência ingênua no país, e no momento atual, tem origem e é patrocinada pelas elites rurais e urbanas, representantes de instituições suspeitas e anônimas que, pelo tráfico de influência, direcionam as decisões nas instâncias administrativas e judiciárias do país para fortalecer os ricos corruptos e punem as massas com a retirada dos seus direitos, sob a égide das reformas míopes. Por isso, temos uma administração pública e um judiciário influenciado e viciado. É nessa condição que o desenvolvimento, a democracia, a justiça e a soberania nacional se tornam reféns de uma ideologia dominante e elitista predadora da ideia de nação que precariza, cada vez mais, as condições de dominação e opressão das massas. Ou seja, as metrópoles penetram e influenciam as instâncias dos poderes constituídos, sem nenhuma exceção, colocando em risco a autonomia e a soberania nacional. O que é perceptível na atual realidade brasileira é uma conjuntura nacional “fraca e inocente”, com um governo extremamente autoritário e opressor das massas. Desse governo, participa a velha e antiquada “cepa” de profissionais e políticos xenófobos, despudorados, imorais e antiéticos, promovendo a dominação e a exploração sobre as massas oprimidas. Quanto mais pobre e inculta a massa através da falta de habilidade de compreender os problemas sociais, tanto melhor para o atual governo realizar manobras e aprofundar o estado de pobreza da nação.

O subdesenvolvimento, que é o atual momento histórico em que vive o Brasil, distribui a consciência ingênua junto às massas oprimidas, promovendo a

desumanização da maioria através da perda da identidade nacional, que forja o surgimento de uma consciência elitista, golpista e entreguista do capital nacional, empresas estatais, setores estratégicos e o próprio desmantelamento do Estado para implementar o colonialismo externo sobre a nação e nos diferentes setores da sociedade.

Enfim, esse ensaio revela *A história política do Brasil como uma história dos golpes explícitos e implícitos para manter privilégios, consolidar uma situação de opressão cada vez mais forte e menos compreensível,*[22] com o apoio amplo e irrestrito das pequenas minorias ricas do território nacional e das grandes metrópoles, onde a nação, por ser portadora de uma consciência ingênua, assiste pacificamente a internacionalização do país para instalar o opressão global à nação brasileira.

Finalmente, um projeto de emancipação da nação requer autonomia nacional com soberania internacional. Para superar essa situação torna-se urgente e necessárias as seguintes iniciativas:

a) comprometimento dos intelectuais com a emancipação das massas no sentido de produzir e difundir a ideologia do desenvolvimento nacional, como forma de produção nacional da consciência crítica;

b) elaborar e executar projetos de pesquisa em diferentes áreas para decodificar o nível e as condições do subdesenvolvimento da nação;

c) produção do conhecimento que vincule a formação da consciência política à realidade nacional como fio condutor dos movimentos de libertação nacional baseados e orientados pela produção nacional da própria ciência;

d) a educação popular para o desenvolvimento, como estratégia de superação da "Ideologia global" por uma ideologia nacional desenvolvimentista.

5 REFERIÊNCIAS

CORTÊS, Norma. **Esperança e democracia**: as ideias de Álvaro Vieira Pinto. Rio de Janeiro, Ed. UFMG e IUPERJ, 2003 (Coleção origem).

[22] FAVERI, José Ernesto de. **Álvaro Vieira Pinto:** contribuições à educação libertadora de Paulo Freire. São Paulo: LiberArs, 214, p.177.

FAVERI, José Ernesto de (Org.); Jorge F. Schumacher e outros. **O legado de Álvaro Vieira Pinto a partir dos seus contemporâneos.** Blumenau: Nova Letra, 2012.

FAVERI, José Ernesto de. **Filosofia da Educação:** o ensino de Filosofia na perspectiva Freireana. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FAVERI, José Ernesto de. **Álvaro Vieira Pinto:** contribuições à educação libertadora de Paulo Freire. São Paulo, LiberArs, 2014.

FIORI, Ernani Maria. **Educação e Política:** textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1991, Vol.2.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 19.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, Rio de Janeiro, 2005. v.1 e 2.

_____. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: contraponto, 2008.

_____**. Sete lições sobre Educação de Adultos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **A Questão da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Ciência e existência:** os problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. V.1 e V. 2.

_____. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1956.